



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Julia Maria Santos Pacheco

CIDADE COMO ABRIGO AO SER URBANO

A BUSCA POR DIGNIDADE E AUTONOMIA NO COTIDIANO DOS MORADORES DAS RUAS

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2021

CIDADE COMO ABRIGO AO SER URBANO
A busca por dignidade e autonomia
no cotidiano dos moradores das ruas

Departamento de Arquitetura
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Julia Maria Santos Pacheco
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro

Outubro 2021

cidade como abrigo ao ser urbano

A formatação dessa dissertação quanto à citação das fontes bibliográficas foi feita consoante a norma APA (American Psychological Association), de acordo com o que consta na seção Imprensa da Universidade de Coimbra, e será redigida segundo o português brasileiro.

cidade como abrigo ao ser urbano

A Terra Prometida

Poder dormir, poder morar
Poder sair, poder chegar
Poder viver bem devagar
E depois de partir poder voltar,
e dizer este aqui é o meu lugar
E poder assistir ao entardecer,
e saber que vai ver o sol raiar
E ter amor, e dar amor
E receber amor até não poder mais
E sem querer nenhum poder
Poder viver feliz para se morrer em paz

Vinicius de Moraes e Toquinho

cidade como abrigo ao ser urbano

agradecimentos

Aos meus pais e familiares, por me proporcionarem essa experiência, e se manterem presentes, mesmo de longe

À Marina, por não só dividir casa, mas ser minha casa em Coimbra

Ao João, pela enorme paciência e apoio maior ainda

À professora Margarida Relvão, pela disponibilidade e esforço nessa orientação

Aos meus amigos e colegas, portugueses e brasileiros, em Coimbra e Brasília, por alimentarem minha esperança em um mundo melhor

Aos voluntários do Instituto No Setor, pela disponibilidade e inspiração em lutar pela construção de uma cidade mais sentimental

E à todos os moradores das ruas do Setor Comercial Sul por contribuírem com essa dissertação de forma atenciosa, e por terem me ensinado tanto sobre novas formas de vida através do seu olhar.

cidade como abrigo ao ser urbano

resumo

A existência de pessoas que moram nas ruas é histórica e é uma questão multidisciplinar, que também envolve o urbanismo. Estando entre os grupos de maior vulnerabilidade social na sociedade, vivem uma vida precária não somente em termo de posses, mas também são solitários, têm a saúde debilitada e estão sempre vulneráveis a violências e situações de risco. Sendo apoiados quase unicamente por instituições caritativas, a falta de políticas públicas que se apliquem a esse grupo e a forma negligente como são tratados pelo Estado mostra seu despreparo para lidar com a situação e a falta de conhecimento nos diálogos e na busca por soluções.

O objetivo dessa dissertação é refletir sobre a situação dos moradores em situação de rua e planejar uma estratégia de planejamento urbano constituída por eixos de atuação que podem promover a melhoria das condições de vida dos cidadãos que vivem nessa situação. Para isso, será feita uma pesquisa sobre o perfil do morador de rua do Brasil e a análise de uma área urbana intensamente ocupada por eles, o Setor Comercial Sul de Brasília – DF.

Entendendo que uma das funções da arquitetura é promover espaços equitativos, a proposta delineada se organiza em cinco eixos de atuação fundamentais a serem trabalhados para garantir que os moradores de rua tenham acesso a elementos básicos que os incluam na dinâmica social e urbana.

Dado que esse trabalho é voltado ao espaço, e assumindo a existência de pessoas que utilizam os espaços públicos como abrigo, entende-se que é papel do arquiteto e urbanista levar em conta esses cidadãos nos projetos urbanos e na construção de políticas públicas.

palavras-chave

moradores de rua; planejamento participativo; espaço público; abrigo; direito à cidade.

cidade como abrigo ao ser urbano

abstract

The existence of people who live on the streets is historical and is a multidisciplinary issue, which also involves urbanism. As they are among the most socially vulnerable groups in society, they live a precarious life not only in terms of possessions, but they are also lonely, they have poor health and they are always vulnerable to violence and risky situations. Being supported almost only by charitable institutions, the lack of public policies that apply to this group and the negligent way they are treated by the Government shows their lack of knowledge to deal with the situation and dialogue in order to find solutions.

The objective of this dissertation is to reflect on the situation of city dwellers and plan an urban planning strategy based on principles of action that can improve the living condition of the citizens that live in this situation. In order to achieve this objective, a research on the profile of Brazil's city dwellers will be developed, as well as the analysis of an urban area intensely occupied by them, the Setor Comercial Sul of Brasília - DF.

Understanding that one of the functions of architecture is to promote equitable spaces, the planned proposal is organized into five fundamental principles of action to be worked on to ensure that city dwellers have access to basic elements that include them in social and urban dynamics.

Given that this work is focused on space, and assuming the existence of people who use public spaces as shelter, it is understood that it is the role of the architect and urban planner to include these citizens in urban projects and in the construction of public policies.

key-words

city dwellers; participatory planning; public space; shelter; right to the city.

sumário

introdução.....	19
1. morar nas ruas do brasil.....	29
processo social da situação de rua.....	31
quem são e como sobrevivem.....	39
alternativas à rua.....	49
2. a cidade e o espaço público.....	63
lugar de cidadania e direito à cidade.....	69
a participação e o envolvimento.....	73
espaço público como abrigo.....	79
3. o caso do setor comercial sul de brasília.....	85
contextualização física do espaço.....	87
Instituto Cultural e Social No Setor.....	91
apropriação do SCS pelos moradores das ruas.....	95
diagnóstico do setor.....	99
4. guia de boas práticas para o planejamento de uma cidade mais inclusiva.....	105
eixo 1: o ser protegido.....	107
eixo 2: o ser com dignidade.....	111
eixo 3: o ser capaz.....	113
eixo 4: o ser útil.....	115
eixo 5: o ser ouvido.....	119
considerações finais.....	123
referências bibliográficas.....	129
créditos de imagens.....	141

lista de abreviaturas

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
Centro Pop	Centro de Referência Especializada para a População de Rua
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional
DF Legal	Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística
FPASR	Fórum da População Adulta em Situação de Rua
GDF	Governo do Distrito Federal
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAPER	Instituto de Apoio e Orientação à Pessoas em Situação de Rua
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
OP	Orçamento Participativo
PAD	Programa de Apoio e Desenvolvimento de Pessoas em Situação de Rua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SCS	Setor Comercial Sul
SEAS	Serviço Especializado em Abordagem Social
SEDUH	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

introdução

A construção das cidades passa pela definição de espaços com funções distintas, como habitação, serviços, equipamentos e espaços públicos. Ao longo da história, porém, por variadas razões alguns grupos de pessoas passaram a se ver forçados a usar os espaços públicos enquanto abrigo. Esse grupo da sociedade cresce em quantidade a cada dia, ainda que seja em sua maioria rejeitados ou ignorados pela sociedade civil e pelo poder público. Diante da situação solitária que tendem a viver, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004), eles

“desenvolvem formas específicas de garantir a sobrevivência, de conviver e ver o mundo. Têm sobre a cidade um outro olhar, atribuindo novas funções aos espaços públicos.” (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004, p. 96)

No ano de 2020 o mundo foi exposto à pandemia da Covid-19, na qual as principais medidas de segurança recomendadas eram se resguardar em casa, e caso fosse necessário se expor à sociedade, lavar as mãos a todo momento. Tal situação, ainda que pontual, evidencia a pertinência da discussão sobre as condições dos moradores de rua, visto que se trata de uma população com grande vulnerabilidade social, que não tem a oportunidade de se proteger fisicamente em um abrigo, e ainda expõe as condições precárias em que vivem, sem suporte sanitário, enquanto tanto se fala sobre se manter limpo, ou ainda água para beber e alimentação regular que mantenha a imunidade alta. No entanto, mesmo antes dessa pandemia, a vida cotidiana da população de rua foi sempre marcada pela falta de condições dignas principalmente para atividades mais íntimas.

Existem, pontualmente, nas cidades, associações caritativas que dão suporte aos moradores de rua em locais específicos onde costumam se juntar. Onde isso acontece, eles eventualmente têm acesso a locais para tomar banho, ainda que raramente mais do que uma vez por semana, e em alguns casos excepcionais têm à sua disposição banheiros públicos e cacifos para guardarem seus pertences. No entanto, não é o caso da maioria, e por ser um trabalho social, costuma ter suas dificuldades de manutenção, passando por intensas variações ao longo do ano, de acordo com a ajuda financeira que recebem naquele momento. A questão do suporte à população de rua só vai ter verdadeira eficácia quando tratada seriamente pelos governos, havendo políticas públicas que proponham medidas específicas e atenção contínua à população.

Conforme prevê o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, todos os cidadãos, independente de cor, raça, religião ou classe social, têm direito

à moradia adequada, alimentação, saúde, educação, trabalho remunerado, lazer, segurança, previdência e assistência social, direitos esses que deveriam ser garantidos pelo Estado para todos, mas os moradores de rua, por exemplo, não são contemplados por nenhum (Brasil, 1988). O direito à moradia adequada é um dos requisitos essenciais para que as cidades cumpram a sua função social (UN-HABITAT, 2016, p. 5). Faz parte ainda do ponto 11.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU (ONU, 2015).

Apesar de ser dever do Estado garantir o direito à moradia a todos, no Brasil têm se repetido ações higienistas por parte dos governos e prefeituras, para retirada dos moradores de rua de certos espaços em que há algum interesse de sua parte. Esse tipo de medida, que por vezes envolve retirar os poucos pertences que têm, não resolve o problema, apenas o transfere para outro lugar onde, da mesma forma, outros olhos se incomodarão.

Segundo Ianni (1994), quando a sociedade convive com uma realidade social que incomoda, é comum que a banalizem, afinal, o autor defende que é mais fácil se convencer de que é uma fatalidade, ou a herança de um contexto histórico que não se pode modificar, do que buscar reconhecer o seu lugar na mudança dessa situação. Por isso, por parte da sociedade civil são tão invisibilizados, sendo um grupo que se evita a aproximação, o diálogo, sempre imbuídos de preconceitos.

Ainda que habitem os espaços públicos, que são tão valorizados enquanto objeto físico e social, espaço acessível a todos, onde todos são pensados e tratados como iguais, isso não se aplica aos moradores de rua, que são sempre olhados com desconfiança e desconforto, e sobre os quais tal abordagem da sociedade civil descaracteriza o conceito principal dos espaços públicos.

“O espaço público incentiva a mistura social, faz do seu uso um direito de cidadania de primeira ordem, devendo o espaço público garantir, em termos de igualdade, a apropriação por parte dos diferentes coletivos sociais e culturais, de gênero e de idade.” (Borja & Muxí, 2003)¹

Na prática, portanto, os espaços das cidades, mesmo que públicos, não são assim tão igualitários quanto os teóricos defendem. Ainda que todos os cidadãos possam utilizar livremente os espaços, mesmo estes costumam ser segregados de acordo com os equipamentos que possuem, limitando indiretamente o uso por determinada parte da população. Portanto, os es-

¹ “El espacio público tiende fundamentalmente a la mezcla social, hace de su uso un derecho ciudadano de primer orden, así el espacio público debe garantizar en términos de igualdad la apropiación por parte de diferentes colectivos sociales y culturales, de género y de edad.” (Borja & Muxí, 2003)

paços públicos, que feitos para todos enquanto seres iguais, parecem estar deixando de lado uma gama de utilizadores em situação de vulnerabilidade que mais necessitam de apoio e suporte.

Ao invés de tratar todos os cidadãos como iguais, o caminho mais certo para cidades mais justas e humanas seria reconhecer que todas as pessoas são diferentes, e a partir das diferenças, oferecer condições que se adequem e assim todos tenham acesso às mesmas comodidades e serviços.

“Nos espaços públicos - uma rua, uma calçada, uma praça, um quiosque, um parque infantil, um parque, somos todos iguais, no sentido de que nesses locais todos podemos exercer o nosso direito comum à cidade sem ter que expor o nosso status social ou nossa capacidade de gastar dinheiro. Mas os espaços públicos também são a personificação da equidade, como expressão física do princípio de que é justo para todos os cidadãos usufruírem do acesso à equipamentos básicos e fundamentais, como recreação, diversão estética, caminhadas, ciclismo, lazer, esportes, cultura, informação.” (Garau, 2014, p. 6)²

Portanto, o que se busca é que as cidades sejam mais equitativas, e assim, equilibrando as ofertas de acordo com os acessos, se aproximaria da igualdade de oportunidades.

A análise da Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua realizada no Brasil apresenta os principais fatores que levam as pessoas à situação de não ter abrigo, mostrando que essa questão não é somente social, mas também é psicológica, política e urbanística, e por isso os arquitetos tem seu espaço de atuação em direcionar algum suporte a essa parte da população, ainda que seja de forma pontual, com equipamentos de apoio, ou em maior escala, agindo politicamente.

A situação de utilizar um espaço público como espaço de estadia permanente vai ser sempre acompanhada de muita vulnerabilidade, e é uma questão que a arquitetura por si só não vai resolver. A restauração da dignidade dessas pessoas envolve uma articulação multifatorial, entre a habitação, geração de renda, apoio psicológico e interpessoal, e é portanto um processo longo e interdisciplinar.

O objetivo dessa dissertação, portanto, é refletir sobre as condições

² “In public spaces – a street, a sidewalk, a square, a kiosk, a playground, a park, we are all equal, in the sense that in such places we can all exercise our shared right to the city without having to display our social status nor our ability to spend money. But public spaces are also the embodiment of equity, as the physical expression of the principle that it is fair for all citizens to enjoy access to basic, fundamental amenities, such as recreation, aesthetic enjoyment, walking, cycling, play, sports, culture, information.” (Garau, 2014, p. 6)

de vida de quem vive na rua e propor um conjunto de eixos estratégicos que devem fazer parte dos processos de planejamento urbano e na construção de políticas públicas, para garantir que os moradores de rua estejam incluídos na dinâmica social e urbana e tenham a oportunidade de viver de forma mais digna, destituindo a lógica de merecimento predominante nas sociedades capitalistas, mas sim priorizando a garantia de direitos à todos os cidadãos.

Para isso, o trabalho será dividido em quatro capítulos, iniciando com uma abordagem teórica sobre a vida nas ruas do Brasil e os espaços públicos das cidades, e posteriormente uma análise de uma área urbana muito ocupada pela população de rua, o Setor Comercial Sul de Brasília – DF, e a partir do conhecimento desse caso, propor um conjunto de eixos de atuação, organizados em um guia de boas práticas para um planejamento urbano mais inclusivo e que integre os cidadãos que utilizam as ruas como abrigo.

No primeiro capítulo será feita uma análise da vida nas ruas no Brasil, desde o fim da escravidão até os dias atuais, seguido por uma análise da Pesquisa Nacional, realizada pelo MDS³ no ano de 2008, que detalha o perfil dos moradores de rua naquele ano, oferecendo informações como aonde costumam dormir, como ganham dinheiro, o que os levou às ruas, entre outros. E finalmente as políticas públicas brasileiras que atendem a esse grupo, e qual o grau de eficiência e utilização delas.

O segundo capítulo apresenta uma reflexão sobre a cidade e o espaço público, definindo como a cidade e os espaços públicos podem ser locais de cidadania e direito à cidade, seguido por uma análise de como os espaços públicos são apropriados no processo de usá-los como abrigo, e finalmente será abordada a questão da importância da participação no processo de reabilitação de espaços públicos.

No terceiro capítulo será apresentada a área que é objeto de estudo, o Setor Comercial Sul (SCS), bairro central de Brasília aonde estão concentrados muitos dos moradores de rua da capital. Esse grupo é apoiado pelo Instituto No Setor, que faz um trabalho de escuta e resolução de demandas individuais, mas também são referência em Brasília pela concretude de todas as ações que realizam com os moradores de rua. A partir de uma análise física e social, as informações serão organizadas em um diagnóstico de pontos fortes e fracos, que foram usados como referência para a elaboração do guia.

Por fim, articulando as informações relativas ao perfil dos moradores de rua e análise do caso concreto do SCS, será apresentado um guia de boas práticas para um planejamento urbano mais inclusivo. O guia se organiza a partir de cinco eixos de atuação, que, baseados em cinco dimensões de ser humano, foram elencados como fundamentais a serem trabalhados para

³ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

garantir que o planejamento seja inclusivo a todos os cidadãos, e os moradores de rua estejam incluídos na dinâmica social e urbana. Cada um dos eixos é exemplificado por outros casos de estudo. Apesar do guia ter sido elaborado a partir da análise do cenário do SCS, os eixos elencados partem de necessidades básicas fundamentais dos seres humanos, ou seja, dessa maneira, pretendem poder ser replicados em outras realidades.

morar nas ruas do brasil

O conceito de morador de rua não é uniforme e pode variar de acordo com as particularidades da condição em que vivem cada um deles. No estudo organizado por Maria Antonieta Vieira, Eneida Bezerra e Cleisa Rosa, as autoras identificaram entre os moradores de rua diferentes graus de inserção na condição de morador de rua, que, segundo elas, está diretamente relacionado com o tempo de duração dessa situação, ou seja, quanto mais tempo vivem nas ruas, mais pertencentes a essa realidade se sentem. São classificados, portanto, em três graus: os que ficam na rua, que corresponde aos recém desempregados ou imigrantes recém-chegados; os que estão nas ruas, que já desenvolveram estratégias de sobrevivência e já passaram pelo período inicial de adaptação, mas ainda configura um período recente; e os que são das ruas, já vivem dessa forma há um tempo significativo e, tanto fisicamente quanto mentalmente consideram a situação permanente. (Vieira et al., 2004, p. 93)

Inicialmente eram todos denominados *mendigos* ou *pedintes*, a partir da atividade de mendicância, que era assumida como sua principal forma de sobrevivência. Defini-los como mendigos sustentava o estereótipo que eram indivíduos isolados que vagavam pelas cidades, e os reduzia a um problema social, sem enxergar que constituem um grupo que é parte da população (MDS, 2009, p. 194). Esse termo, além de reforçar uma conotação pejorativa, os rotulava como preguiçosos que desvalorizavam o trabalho e preferiam se submeter à situação humilhante de mendigar.

Mais tarde esse grupo social passa a ter mais visibilidade e serem mais humanizados, quando surge o termo *moradores de rua* ou *população de rua*. Segundo Giorgetti (2006, p. 42), é uma nomenclatura redutora, já que morar nas ruas é apenas uma das realidades que enfrentam, não é o que os define, e ainda, estes não somente moram nas ruas, como também nelas trabalham e socializam, é onde constroem suas vidas. Pode ainda ser visto como uma forma de romantizar a situação, já que na verdade essas pessoas não habitam espaço algum. Porém, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 96), na reinvenção do espaço público e encontrando sua forma de torná-lo sala, quarto e local de trabalho, se tornam moradores das ruas, já que é essa a forma de habitar que lhes foi possível.

O termo *sem teto* ou *sem abrigo*, é originado do inglês *homeless* e do francês *sans-domicile*, definindo as pessoas que se alocam nas beiras das estradas, sem endereço, que não podem ser encontrados e nem se comunicar (MDS, 2009, p. 204). Essa denominação se volta unicamente ao ponto de vista de não possuírem um abrigo, e não ao indivíduo, reduzindo-o a uma falta.

O termo *pessoas em situação de rua* ou *população em situação de*

rua começa a ser usado a partir da busca por um ponto de vista mais pessoal, por “*designar uma situação de passagem*” (Rosa, 2005, p. 66), que não necessariamente é permanente e pode ser reversível. O termo foi usado pela primeira vez, em documentos legais, na lei nº 11.258, em 2005, mas foi formalizado na Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009), e desde então tem sido adotado como a forma padrão para se referir a esse grupo em documentos oficiais, políticas públicas e pelas associações.

Apesar disso, no desenvolvimento dessa dissertação será usado o termo *moradores das ruas*. O objetivo desse trabalho é buscar uma existência com dignidade, seja nas ruas ou abrigado. Idealiza-se que quem vive nas ruas alcance outra forma de viver, mas, durante o período em que estiverem desabrigados, devem também ser valorizados, acolhidos e cuidados. Além disso, na linha do tempo, a realidade de morar nas ruas não é uma situação temporária e nem recente, é uma vivência presente em toda a história da sociedade. Independente do tempo que as ruas sejam abrigo, o impacto dessa forma de vida deve ser ressaltada, visto que, mesmo dentro das dificuldades, as ruas providenciam todas as soluções necessárias para o dia a dia de cada um, cumprindo então o papel de local de abrigo.

processo social da situação de rua

Morar nas ruas é a última ou única opção de um resultado de processos individuais, e representa uma vulnerabilidade em todos os sentidos, já que a maioria das suas escolhas são dependentes de outros. Se come o que se recebe, se veste o que se recebe, ou seja, apresentam uma dependência significativa de um suporte externo, seja vindo de associações, instituições, ou cidadãos passantes.

A existência de pessoas que usam os espaços públicos como abrigo tem aumentado, mas não é recente. Os grandes eventos históricos, como as guerras, a abolição da escravatura, ou os momentos de avanço intenso da economia e industrialização, que resultavam em movimentos migratórios, conduziram à evolução e aumento do número de moradores de rua ao longo da história.

Na Idade Antiga já eram considerados parte da paisagem do centro urbano, já que estavam sempre nos locais de maior movimentação econômica e social, mas eram tratados pela população como a “escória da sociedade”, incapazes de se organizarem, sem classe ou qualquer utilidade social.

No século XIX, início da Primeira República no Brasil, a promulgação da Lei Áurea e o fim do regime escravocrata marca um novo processo de urbanização nas grandes cidades, com os antigos escravos agora livres e migrando do interior do país para as capitais em busca de emprego e abrigo (Adorno, 1990, p. 11).

Os ex-escravos encontraram grandes dificuldades de acesso a empregos e moradias acessíveis, sendo alvo de ideias racistas, e preteridos com relação à mão de obra europeia. Diante da dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho, muitos ex-escravos se refugiaram nas ruas, tendo como única opção utilizá-las como local de abrigo. Alguns ainda, se submetendo a condições deploráveis de trabalho, constroem habitações precárias feitas sobre palafitas nas periferias das cidades (Marins, 1998, p. 133). Essas áreas construídas sem infraestrutura de esgoto nem água, se tornam foco de pestes e epidemias, sendo então nessa época registrada uma grande quantidade de mortes principalmente de pessoas que viviam em situação de vulnerabilidade, com péssimas condições de higiene e sem acesso a saneamento básico.

Um discurso médico-higienista, determina que sejam derrubadas essas habitações irregulares, supostamente em nome da saúde pública, mas realizando o desejo do estado e da elite de “curar” as cidades das habitações precárias e moradores indesejados (Marins, 1998, p. 140). Os cortiços⁴ foram o alvo principal a ser removido, já que, sendo a maior expressão da pobreza e da insalubridade, as elites diziam ser um local que germinava o mal e que colocava em risco a saúde da população como um todo, não somente com relação à disseminação de doenças, mas se referiam aos “vícios e maus costumes”, à maneira “imoral” como conduziam suas vidas (Valladares, 1991, p. 86). A demolição das casas e cortiços permitiu que investissem em empreendimentos imobiliários mais lucrativos, reformulando e embelezando as cidades sem a presença da pobreza.

Ainda durante o período de desenvolvimento dos órgãos de controle sanitário, a atenção do poder público estava voltada ao combate das doenças e epidemias, entre as quais foi priorizado o combate à febre amarela antes da tuberculose, apesar da segunda ter causado maior número de mortes no período. A diferença era que a tuberculose atingia brancos, negros, nacionais e estrangeiros, e já a febre amarela fazia muito mais vítimas imigrantes europeus. A busca pela civilização era entendida a partir do “embranquecimento” da população, favorecendo a entrada de imigrantes europeus no Brasil, e portanto, priorizando suas vidas (Chalhoub, 1996, p. 57).

Com a modernização, nos anos seguintes aconteceram reformas nas principais ruas e avenidas das capitais brasileiras, buscando espaços mais amplos e bem iluminados, que abrigariam os edifícios institucionais, simbolizando o controle dos espaços públicos pelo Estado. Assim, esses novos espaços exigiam aos utilizadores padrões de “civildade”, o que acabaria ex-

⁴ Para ser classificada como cortiço, a habitação deve ser coletiva, subdividida em vários cômodos, com superlotação de pessoas no mesmo ambiente, espaços de circulação comunitários e infraestrutura e condições de higiene precárias (Chalhoub, 1996, p. 39).

pulsando os antigos ocupantes das ruas, antes apertadas e barulhentas (Marins, 1998, p. 150).

A década de 1930 é considerada o período mais efetivo do processo de urbanização e do desenvolvimento da indústria e do comércio. Com isso houve uma ampliação das ofertas de emprego, e portanto um intenso movimento migratório e a expansão demográfica e territorial das cidades mais desenvolvidas. Essa grande quantidade de pessoas exigia que a cidade se expandisse cada vez mais, sendo construídas habitações não planejadas nos arredores. As regiões periféricas mais próximas ao centro foram sendo ocupadas por essa população emergente, que foram crescendo e passaram, pelo número de pessoas, a ter mais relevância no sentido eleitoral. Assim, essas áreas, que antes eram ignoradas pelo poder público, passam a receber os apoios sociais básicos como escolas, postos de saúde, segurança pública, iluminação, pavimentação, esgoto e água tratada. Por isso, agora equipadas, essas áreas passam a ser valorizadas economicamente, o que resulta na expulsão forçada das famílias carentes que lá viviam, sem receberem nada em troca, ficando, a maioria delas, sem outra opção a não ser irem para as ruas (Palombini, 2015, p. 53).

Nesse período a violência e a repressão eram a norma para resolução de conflitos, tanto por parte do poder público quanto por parte da sociedade. É quando há um aumento na criminalidade, e a cidade passa a ser vista e taxada como perigosa e inabitável.

Em 1985, com o fim da ditadura militar e inauguração da Nova República, o capitalismo ganha mais força, o que evidencia ainda mais as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo que a economia brasileira está no seu melhor momento, industrializada, moderna e considerada a oitava economia do mundo ocidental, a sociedade está vivendo em condições miseráveis, com as questões sociais girando em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos e cidadania (Ianni, 1994, p. 91). Devido ao intenso movimento migratório de indivíduos e famílias esperançosos por uma vida melhor nas cidades industrializadas, não havia moradia nem trabalho para todos que buscavam, aumentando o número de pessoas vivendo nas ruas. Segundo o autor, a prosperidade econômica está em completo descompasso com o desenvolvimento social. A fome, desnutrição, condições de saúde precárias e falta de habitação digna são o resultado dos mesmos processos estruturais que fariam a economia brasileira parecer tão moderna.

Em torno de 1990, na intenção de atrair investimentos e visibilidade internacional, as cidades passam por um processo de redefinição dos espaços urbanos que pudessem abrigar eventos esportivos e culturais para a população mais privilegiada. Isso implicava a busca por espaços “belos”, onde não existia pobreza. Apesar das populações mais pobres não habitarem as áreas centrais das cidades, é lá onde eles buscam seu sustento, já

que é onde se concentram os serviços e consumo. Guiados pelo capitalismo e buscando construir uma imagem urbana agradável que não transpareça a desigualdade social, as transformações que vêm a acontecer não levam em conta os direitos humanos dos grupos de maior vulnerabilidade. Nesse cenário tenta-se inviabilizar a presença dos moradores de rua a qualquer custo em determinados locais das cidades, a partir de ações de controle e “limpeza”. Para isso são criadas regras que restringiam o uso do espaço aos trabalhadores informais, são apreendidos os poucos pertences que têm, e são instaladas cercas em praças públicas e ao redor de árvores, divisórias em bancos de rua e paradas de ônibus, pinos debaixo de viadutos e a construção de novos prédios sem marquise. Essas atitudes higienistas foram chamadas anti-mendigo (Justo, 2008, p. 13). Tais ações eram pautadas no argumento que era inaceitável que pessoas morassem na rua, porque era um local insalubre e perigoso, além de atrapalhar a circulação e deixar os pedestres inseguros. Apesar desse argumento, não era tomada nenhuma medida para o apoio e suporte destas pessoas.

Em resposta, surgem alguns encontros científicos e publicações que debatem a situação dos moradores de rua, e passam a ser mais vistos e representados em jornais e em seminários, por ONGs, e outros. É quando se pode observar os diferentes posicionamentos da sociedade civil e do Estado com relação à população de rua. Enquanto as políticas e ações civis tomam medidas repressivas e excludentes, as organizações passam a dar apoio e envolver os moradores de rua na gestão dos projetos que visam suportá-los e resgatá-los das ruas (Justo, 2008, p. 14).

Atualmente, devido à crise provocada pela pandemia da Covid-19, as instituições e associações de apoio aos moradores de rua noticiaram um grande aumento na quantidade de pessoas e famílias que, principalmente por razões econômicas ou pela morte de familiares, foram parar nas ruas.

A crise habitacional no Brasil existe também em função de uma ideologia de supervalorização da casa própria, a suposta segurança da posse. Bonduki (1998) pontua que, em um país de tamanha desigualdade social, a casa própria significa a segurança de um abrigo permanente, a alternativa de escapar do aluguel, dispor de um bem de valor, portanto, um refúgio seguro contra as incertezas do mercado de trabalho. Porém, essa ideia que somente possuindo uma casa própria se poderá viver sem ter medo de ser desabrigado tem resultado no ciclo da especulação imobiliária, que começa quando se deixa de conseguir pagar sua habitação, o que desencadeia na expansão das periferias a partir de novas construções, ou ainda se refugiam nos espaços públicos, ainda que hajam construções nos centros das cidades desocupadas.

Cada vez mais tem sido cultivada uma condição de banalização e indiferença diante da situação de vida das pessoas que não têm abrigo, a precariedade da sua realidade financeira, suas relações sociais, profissionais e

familiares. Segundo Ianni (1994), para que as desigualdades sociais sejam reduzidas é necessário que as partes interessadas se articulem de forma coletiva para que sejam ouvidos e respeitados. É um discurso comum em relação aos moradores de rua, mas essa visão os culpabiliza por estarem na situação que estão e por não lutarem pelos seus direitos sociais. Falta reconhecer que são pessoas que se encontram no nível máximo de vulnerabilidade física, social, emocional, intelectual e econômica. É muito difícil terem a capacidade de lutar pelos seus direitos e buscarem oportunidades, já que na maioria das vezes têm dificuldades de interação social, não têm formação ou hábitos de higiene, e normalmente têm a saúde debilitada, más condições de sono, para além de por vezes apresentarem limitações de locomoção. É essencial que o poder público se posicione enquanto responsável pelas iniciativas das mudanças, dando suporte e acolhimento, e provendo o que essa população precisa para terem seus direitos respeitados e uma vida mais digna.

quem são e como sobrevivem

Apesar de serem vistos como um coletivo, os moradores de rua compõem um grupo diverso, com amplas características e particularidades, por isso é muito difícil caracterizá-los. O fato de não possuírem uma residência fixa será provavelmente a única característica em comum entre eles. No âmbito público têm sido tão invisíveis a ponto de não serem parte sequer dos censos populacionais feitos pelo IBGE, porque contabilizam a população a partir das residências. Saber quantos são, quem são e o contexto em que vivem é essencial para lhes dar visibilidade e desenvolver formas de incluí-los como indivíduos que são parte da sociedade.

O MDS define a população em situação de rua como um “grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (MDS, 2008).

Já Camila Giorgetti, na sua pesquisa sobre moradia de rua no Brasil e na França, define os moradores de rua como “indivíduos sem uma habitação e que satisfazem tal necessidade, seja procurando uma instituição social, seja se apropriando e transformando o espaço público em moradia.” (Giorgetti, 2006, p. 24).

Segundo Vieira, Bezerra e Rosa, o ponto em comum entre a multiplicidade dos moradores de rua é que são pessoas que, “tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia.” (Vieira et al., 2004, p. 93)

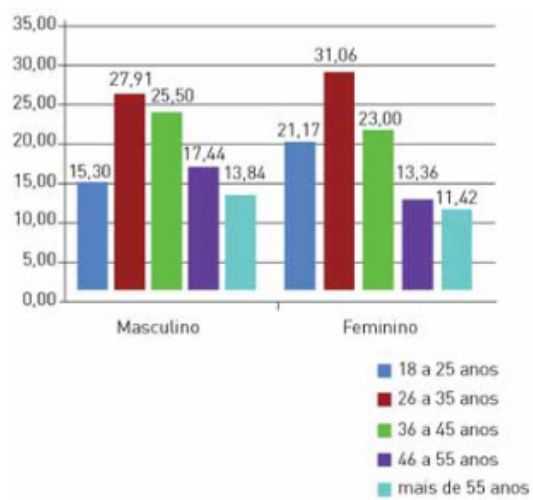


Gráfico 1 - percentual de mulheres e homens por grupos etários

Além da definição formal, a heterogeneidade da população de rua é vista também nas suas origens, interesses, vinculações sociais e perfis econômicos, sendo difícil agrupá-los em características e motivações. A única pesquisa feita sobre os moradores de rua no Brasil, a nível nacional, aconteceu em 2008, portanto, os dados oficiais são muito desatualizados. A inexistência de dados recentes sobre quantos e quem são essas pessoas, o que os levou às ruas, as necessidades que sentem e as dificuldades que passam explica a inexistência de políticas públicas efetivas que os deem apoio e sua invisibilização no campo político.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo MDS (2009) entre agosto de 2007 e março de 2008, foi feita apenas entre maiores de 18 anos, e identificou 31922 pessoas vivendo nas ruas, entre as quais 13,4% (4275 pessoas) se recusaram a responder o questionário.

A pesquisa constatou que 82% das pessoas que vivem nas ruas são do sexo masculino e 18% do sexo feminino, estando 28,5% do total na idade economicamente ativa, ou seja, entre 26 e 35 anos (Gráfico 1). A maioria deles, 52,6%, consegue através do seu meio de sobrevivência entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana, o que não chega a um salário mínimo por mês, sendo classificados como miseráveis. Sua maioria é, portanto, parte da classe trabalhadora, com idade apta para o serviço, mas não têm acesso às oportunidades do mercado de trabalho.

Os principais motivos que os levaram até as ruas foram o vício em drogas e álcool, desemprego e dificuldade de convivência com os familiares, sendo respectivamente, 35,5%, 29,8% e 29,1%. Pelo menos uma dessas razões foi citada por 71,3% dos entrevistados, mas estes motivos estão interligados entre si e muitas vezes foram citados em conjunto.

O uso de drogas e álcool nas ruas acaba sendo uma espécie de refúgio da realidade solitária a qual estão inseridos, além de anestesiar as sensações de frio e de fome. A partir do momento em que a situação envolve uma dependência química, a pessoa perde o controle sobre si, e adiciona outro grau de complexidade em reverter a situação de rua.

Outros dos motivos que resultaram na situação de rua foram: violência familiar, doenças cujos tratamentos eram muito dispendiosos, imigração, a destruição de suas casas por desastres naturais, a fuga da polícia e transtornos mentais. Apesar dos problemas psiquiátricos terem sido mencionados por apenas 0,18% dos entrevistados como uma das razões para irem viver nas ruas, dentre as pessoas que se recusaram a responder à pesquisa, 14% visivelmente apresentavam problemas mentais. Além disso, 17% dos entrevistados disseram já terem sido internados em hospitais psiquiátricos, e 28% já passaram por casas ou clínicas de recuperação de dependentes químicos. Os distúrbios psiquiátricos são também uma das razões que levam pessoas a viverem nas ruas, devido à falta de programas de desospitalização e políticas sociais que deem apoio aos diagnosticados com distúrbios e às

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não Respondeu	292	1,1
Total	27.647	100,0

Tabela 1 - população em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue

suas famílias. Mesmo que o processo de reabilitação seja completo, quando a pessoa sai da clínica, não tem onde se abrigar e vai viver na rua, o que aumenta muito a chance de haver uma recaída. A Pesquisa Nacional conclui ainda que, em instituições psiquiátricas costuma haver uma tentativa rígida de controle e adequação da pessoa que é atendida, o que cria a sensação de desprezo e desenvolve a propensão à situação de rua (MDS, 2009, p. 113).

Ir para as ruas por sofrer violência e opressões no ambiente familiar foi a razão apresentada por 22% dos homens entrevistados. A quantidade de mulheres vivendo nas ruas significativamente menor do que a de homens possivelmente é pelas mulheres serem historicamente e culturalmente induzidas a cuidar do lar, e por isso tendem a se submeter a situações de violência e opressão mais do que os homens. Assim como nos outros ambientes sociais, as mulheres moradoras de rua são mais vulneráveis, portanto, buscam estar sempre acompanhadas, seja por um grupo ou por um parceiro romântico, de forma a se protegerem contra as violências que estão sujeitas nas ruas. Há ainda 20% do total das mulheres entrevistadas que é responsável pelos cuidados de uma criança ou adolescente nas ruas, enquanto apenas 4,3% dos homens vivem a mesma situação. Nesses casos, geralmente, fazem uso dos albergues e casas de apoio para se abrigarem.

Dentre os entrevistados, 51,9% diz ter algum parente que mora na mesma cidade, mas apenas 34,3% mantém contato com frequência. Há ainda 81,5% que afirmam terem parentes em outras cidades, entre os quais apenas 23,1% mantém algum contato. Cruzando os dados, 40,9% dos entrevistados mantém contato com parentes fora das ruas.

Durante as noites, 46,5% dos entrevistados preferem dormir nas ruas, enquanto 43,8% preferem os albergues. Apesar da preferência, 70% dizem que costumam dormir nas ruas, entre eles, 20,7% dormem nas ruas pela falta de vagas nos albergues, enquanto apenas 22,1% realmente costumam fazer uso dos albergues ou abrigos. Entre os que utilizam os abrigos, 69,3% fazem essa escolha para evitar a exposição à violência nas ruas, e 45,2% pelo conforto. Entre os que afirmam preferir as ruas, 44,3% preferem pela falta de liberdade nos albergues, 27,1% por causa dos horários de entrada, saída e demais rotinas, e 21,4% por não poderem consumir álcool e drogas nos albergues.

Segundo a pesquisa, 48,4% dos moradores de rua estão nas ruas ou em albergues há mais de 2 anos, e 30% há mais de 5 anos (Tabela 1). Há ainda um grupo de 1,3% que vive nessa condição desde o nascimento, são filhos de famílias que há muito tempo não têm uma casa, e portanto, entre esses é natural que entendam o morar nas ruas como uma forma de vida.

Contrariando o início do processo de desenvolvimento urbano em que a intensa migração aumentava consideravelmente a quantidade de moradores de rua nas grandes cidades, a pesquisa mostra que 45,8% dos entrevistados sempre viveu no município onde está e 30,3% se mudou para

Locais	Tomar banho		Usar o banheiro	
Rua	940	32,8	938	32,6
Albergue ou abrigo	904	31,4	725	25,2
Banheiro público	410	14,2	613	21,3
Casa de parentes ou amigos	151	5,2	79	2,7
Casas de convivência	125	4,3	55	1,9
Estabelecimentos comerciais	79	2,7	271	9,4
Pensão ou Hotel ou Motel	24	0,8	-	-
Igreja	21	0,7	-	-
Outro	94	3,3	108	3,7
Não respondeu	134	4,6	93	3,2
Total	2882	100,0	2882	100,0

Tabela 2 - locais utilizados por pessoas em situação de rua para banhos e necessidades fisiológicas

outro município dentro do mesmo estado. Entre os que se mudaram, 45,3% foram em busca de oportunidades de trabalho, e 18,4% saíram por conflitos familiares. Esses dados fazem supor que possivelmente a maior parte das pessoas que migraram nos períodos de desenvolvimento urbano e não tiveram sucesso a conseguir emprego e viver uma vida mais confortável tenham voltado às suas cidades de origem.

Para sua sobrevivência costumam fazer trabalhos informais e precários. Como, cerca de 27,5% são catadores de materiais recicláveis, 14,1% são flanelinhas⁵, 6,3% pedreiros de construção, 6% vendedores ambulantes ou em sinais de trânsito e 4,2% fazem faxina. Contradizendo o mais forte estereótipo do morador de rua, apenas 15,7% deles têm como principal meio de sobrevivência a mendicância. Entre os entrevistados, apenas 1,9% disseram trabalhar com carteira assinada, enquanto, por outro lado, 47,7% dizem nunca ter trabalhado formalmente.

Terem um trabalho é positivo não só pelo retorno financeiro enquanto fator de sobrevivência, mas muitos deles dizem se sentir mais próximos de serem parte da sociedade ao exercerem uma atividade que integra e se relaciona à vida de outros, ainda que não sejam reconhecidos por tal.

Por meio das suas atividades profissionais, 33,9% dos entrevistados conseguem até R\$ 40,00 por semana, 19,1% conseguem entre R\$ 40,00 e R\$ 80,00 por semana, 26,2% conseguem entre R\$ 80,00 e R\$ 120,00, e 7,4% conseguem semanalmente mais de R\$ 120,00.

Os programas de ajuda oferecidos pelo governo dificilmente se aplicam à situação dos moradores de rua, portanto, 88,5% deles declaram não receber qualquer benefício, enquanto apenas 3,2% recebem aposentadoria, 2,3% recebem o auxílio do programa Bolsa Família e 1,3% recebem o BPC.

Para se alimentarem, 33% pedem aos pedestres, comerciantes ou nas casas, 27% compram com o próprio dinheiro, 16% recebem a partir dos programas assistenciais, 10% recebem das instituições e 3% costumam recorrer às lixeiras. Como esperado, as pessoas que conseguem maiores rendas se alimentam no mínimo diariamente, sendo 79,6% do total de entrevistados, enquanto 31,3% dentre os que praticam a mendicância não se alimentam todos os dias.

Para tomarem banho, 32,8% dos moradores de rua usam as próprias ruas, 31,4% usam os albergues ou abrigos, 14,2% usam os banheiros públicos e 5,2% vão até a casa de parentes ou amigos (Tabela 2). Por outro lado, entre as mulheres, mais da metade das entrevistadas buscam locais com alguma privacidade para tomarem banho em virtude do medo de sofrerem algum constrangimento moral ou violência sexual. Quanto às necessidades fisiológicas, 32,6% fazem na rua, 25,2% fazem nos albergues ou abrigos,

⁵ Denominação informal da profissão de vigia e/ou lavador de carros em estacionamentos públicos.

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
Total	27.647	100,0

Tabela 3 - distribuição da população em situação de rua por escolaridade

Locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que não puderam realizar	% de Homens	% de Mulheres
Tratamento de Saúde	18	20,3
Transporte Coletivo	29,6	31
Shopping Center	31,1	32,6
Estabelecimentos Comerciais	31,9	31,4
Órgãos Públicos	21,7	21,9
Bancos	26,2	29,4
Tirar Documentos	13,8	14,4
Outro	1,4	0,9

Tabela 4 - população em situação de rua por sexo e locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que foram impedidos de realizar, segundo sexo

21,3% nos banheiros públicos, 9,4% em estabelecimentos comerciais e 2,7% na casa de amigos ou parentes.

A falta de documentos dificulta o acesso ao emprego formal e aos programas e benefícios do governo, além de impedir o exercício do direito como cidadãos, já que 61,6% deles afirmam não votar nas eleições, 24,8% não têm nenhum documento de identificação, 58,9% têm sua carteira de identidade, e 37,9% deles têm a certidão de nascimento ou casamento.

Quanto à sua formação, 63,5% não concluiu nem o primeiro grau⁶, 17,1% não sabe ler nem escrever, enquanto 8,3% sabem apenas assinar seu nome (Tabela 3). Há ainda um grupo de 3,2% que concluiu até o segundo grau⁷ enquanto 0,7% concluiu o ensino superior. A maioria, 95% deles, não estuda atualmente, enquanto 3,8% disseram estar fazendo um curso, formal ou profissionalizante.

As pessoas que vivem nas ruas carregam um estereótipo negativo e sofrem muitas discriminações diariamente, sendo frequentemente impedidos de entrarem em lugares ou exercerem atividades (Tabela 4). Entre os entrevistados, 31,8% já foram impedidos de entrar em lojas e estabelecimentos comerciais, 31,3% foram impedidos de entrar em *shoppings centers*, 29,8% em transportes públicos, 26,7% em bancos, 21,7% em órgãos públicos, 18,4% foram impedidos de serem atendidos na rede de saúde pública e 13,9% não puderam emitir documentos.

Como uma forma de conhecerem seus direitos para se protegerem, cerca de 3%, se associam a movimentos sociais e associações, sendo 31,3% movimentos de cunho religioso, e 7,2% movimentos populares.

A partir desses dados conclui-se que viver nas ruas não é uma escolha, e sim uma consequência de um conjunto de fatores financeiros, emocionais e sociais que apresentam essa como única ou última opção. Essa situação tem consequências não só materiais, mas também espirituais, intelectuais, culturais e morais, já que estabelece uma realidade de isolamento social e preconceito em função do estereótipo do morador de rua, e acarreta em uma condição que é difícil de ser revertida. Quanto mais normalizada é essa situação, mais difícil é mudá-la, e a principal barreira é a dependência econômica, completamente vinculada ao desemprego.

Além da baixa ou da falta de escolaridade, a saúde que é debilitada pela má alimentação, a ausência de um sono de qualidade, a falta de condições para se organizarem e cumprirem horários e a dificuldade para se higienizarem adequadamente e terem roupas limpas são fatores que tornam muito difícil que moradores de rua possam se apresentar de forma digna em um emprego.

Portanto, pode-se dizer que “a população em situação de rua é com-

⁶ Ensino fundamental, equivalente ao ensino básico, em Portugal.

⁷ Ensino médio, equivalente ao ensino secundário, em Portugal.

posta, majoritariamente, por trabalhadores pobres. Não se tratam de pessoas desqualificadas, [...], mas de pessoas que passaram por processo de desqualificação social, ou seja, são percebidas como desqualificadas e são socialmente discriminadas.” (MDS, 2009, p. 114). E ainda, Yamamoto (2001) afirma que a situação de pobreza é fruto do cenário capitalista, já que, se o pobre tem capacidade de trabalho, mas lhe faltam as condições necessárias para realizá-lo, a pobreza não se relaciona apenas com a distribuição de rendimentos, mas também com os meios de produção. Assim, pobreza é resultado da distribuição desigual da riqueza produzida socialmente, seja pela falta de trabalho seja pela falta de acesso à políticas públicas; mas também resulta da classe social de cada um e o acesso ou falta de acesso aos meios de produção.

alternativas à rua

No período em que se intensificam os debates em torno dos direitos humanos, o trabalho de ONGs e movimentos sociais com a população de rua também se intensifica, propagando uma imagem mais humanizada pressionando as instituições públicas para que sejam desenvolvidas políticas voltadas aos moradores de rua. No início desse processo de visibilização desse grupo, as ações eram centradas somente em protegê-los e fornecer o básico necessário. Conforme a convivência aumentava e os estereótipos se desfaziam, ficou claro que as suas necessidades vão além de alimentação e roupas, é preciso que se busque o desenvolvimento da sua capacidade produtiva pela sua reinserção social e no mercado de trabalho. Assim, estes movimentos passaram a integrar os moradores de rua na organização das instituições, já que, tendo seus testemunhos, conseguiriam direcionar os objetivos das ações das instituições de forma cada vez mais certa.

Enquanto apoio governamental, é a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que, com o reconhecimento de muitos direitos sociais e a determinação de acesso a todos os cidadãos, são criados os primeiros programas de assistência social que abrangeriam a população de rua, o SUAS e o PNAS. O SUAS, Sistema Único de Assistência Social, é o sistema público que organiza os serviços socioassistenciais a partir da gestão participativa, organizando os atendimentos pelo nível de complexidade, a depender da situação dos vínculos familiares e comunitários e a violação dos seus direitos. As pessoas que vivem nas ruas costumam se enquadrar no atendimento de alta complexidade, e priorizam a eles serviços de incentivo à organização de novos projetos de vida. Já o PNAS, Política Nacional de Assistência Social, volta a atenção à população em situação de rua com a participação da sociedade civil, buscando a implementação de benefícios, serviços, programas e projetos que, pela primeira vez, têm os moradores de rua como destinatários das ações.

A partir do PNAS são criadas as redes de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), sendo a básica preventiva, e a especial protetiva. A PSB desenvolve potencialidades destinadas ao grupo em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação de direitos, acesso precário aos serviços públicos ou vínculos afetivos fragilizados por discriminação ou deficiências, para prevenir situações de risco. Já a PSE é destinada às pessoas em situação de risco pessoal ou social, que tiveram seus direitos violados ou ameaçados.

No ano de 2003 foi adicionado à Constituição o art. 203, que institui que a assistência social será prestada a quem necessitar, a fim de proteger as famílias, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; amparar crianças e adolescentes carentes; promover a integração ao mercado de trabalho; habilitar ou reabilitar as pessoas com deficiência e promover sua integração social; garantir um salário mínimo como benefício mensal às pessoas com deficiência e idosos que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela sua família (Brasil, 1988). Tal artigo chama atenção por se dirigir a crianças, idosos, adolescentes e pessoas com deficiência que sejam pobres e estejam inaptos a proverem por si, portanto, os grupos que são aptos a trabalharem, ainda que pobres, necessitados de assistência e tenham dificuldade para acessarem um emprego, não são contemplados pelos benefícios de assistência social, exceto pelo inciso que diz respeito à promoção da integração ao mercado de trabalho. A grande maioria dos moradores de rua pertencem a grupo, que têm muitas barreiras de acesso ao trabalho e também às políticas sociais dirigidas aos incapazes de trabalhar.

Em 2005, diante da falta de acesso aos direitos sociais e recorrentes ações repressivas e higienistas que vinham acontecendo contra a população de rua por parte do Estado, é fundado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), com o objetivo de representar os moradores de rua no âmbito político diante das violências que sofriam. O movimento tem como princípios que orientam suas práticas a democracia, valorização do coletivo, ética e trabalho de base, e suas principais lutas são pelo trabalho digno com salários justos, moradia digna e acesso à saúde (MNPR, 2010, p. 30). Além disso, promovem congressos, abordagens e palestras nas ruas ou em instituições de assistência, para levar informação à população de rua sobre seus direitos, conscientizá-los e envolvê-los na construção de políticas públicas eficientes, às quais tenham acesso e que atendam às suas necessidades e interesses.

A partir do seu trabalho, e usando sua voz para se manifestarem politicamente em nome dos moradores de rua, algumas conquistas dos anos seguintes podem ser atribuídas ao MNPR, como a Pesquisa Nacional de contagem da população em situação de rua, realizada em 2008; a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Interse-

torial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional em 2009, e o Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, acontecido entre 2009 e 2010.

Ainda em 2005 acontece o primeiro Encontro Nacional Sobre População de Rua, em Brasília, com o objetivo de dar visibilidade às pessoas que vivem nas ruas, sem proteção nem direitos. O Encontro exige das autoridades ações que proporcionem atendimento específico à População de Rua. Quatro anos depois, em 2009 há uma segunda edição do Encontro, e uma terceira em 2015.

Como consequência do Encontro Nacional, o decreto s/nº de 25 de outubro de 2006 institui a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregue de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social dos moradores de rua através da integração de políticas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e direitos humanos, além de direcionar recursos aos serviços de acolhimento destinados a esse grupo.

Em 2008 foi elaborada a primeira e única pesquisa nacional oficial sobre a População de Rua no Brasil, que foi referida. Realizada pelo MDS junto com a UNESCO, a pesquisa identificou 31.922 pessoas em situação de rua nas 71 cidades investigadas, seja vivendo nos espaços públicos, prédios abandonados, praias, túneis, lixões ou pernoitando em abrigos e casas de apoio (MDS, 2009). Contudo, esta pesquisa não incluiu todas as capitais, nem integra os dados todos, uma vez que algumas cidades já tinham feito uma pesquisa semelhante recentemente⁸ e seus dados poderiam ser usados. Somando os dados da Pesquisa Nacional com os dados de cada cidade, e estimando algum aumento devido à diferença de anos e ainda o cenário dos restantes municípios menores, calcula-se que o total de pessoas em situação de rua na época fossem aproximadamente 50.000. Esse dado corresponde a, em média, 0,061% da população dessas cidades na mesma época, sendo que 65% do total dos moradores de rua do Brasil estariam concentrados em 10 cidades.

Ainda se supõe porém que esse dado seja subnotificado, já que o cenário de muitas cidades foi apenas estimado; a pesquisa não englobou as crianças e adolescentes que também vivem nas ruas, e ainda, foi realizada em um período específico do ano (MDS, 2008).

Como resultado da realização da pesquisa, após a publicação dos seus resultados é revogado o artigo 60 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que determinava uma pena pela prática da mendicância (Brasil, 1941).

Apesar de não existirem dados oficiais posteriores a 2008, em 2016 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta uma estimativa

⁸ São Paulo teria feito a pesquisa no ano de 2003, Belo Horizonte e Recife no ano de 2005 e Porto Alegre em 2007.

feita a partir de dados disponibilizados por 1924 entre os 5570 municípios brasileiros, que leva em consideração variáveis de crescimento demográfico, vulnerabilidade social e o número de pessoas em situação de rua cadastradas para programas sociais do governo federal. Estima-se então que, no ano de 2015, 101.854 pessoas vivessem nas ruas no Brasil (IPEA, 2016).

É a partir dos dados que revelam a experiência das pessoas que vivem nas ruas, quantos são, quais motivos os levaram às ruas, como vivem e onde se abrigam, que se desenvolvem políticas públicas que sejam efetivas para dar suporte à essa população, por isso é tão negativo o país apresentar dados já tão desatualizados.

Em 2009 é criada pelo CNAS a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um documento que caracteriza os serviços de assistência social no Brasil, inclusive os serviços destinados à população em situação de rua, compostos pelos: Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em República (CNAS, 2009).

O SEAS é um serviço que se desenvolve nas ruas, buscando identificar situações de violação de direitos, como trabalho infantil, exploração de crianças e adolescentes e pessoas vivendo nas ruas. O serviço busca, a partir da abordagem dessas pessoas, atender suas demandas imediatas, e orientar as pessoas sobre a rede de serviços e benefícios socioassistenciais e políticas públicas que os contempla e como podem garantir seus direitos, portanto, costumam ser o primeiro contato dos moradores de rua na construção do processo de saída das ruas.

O Serviço de Acolhimento Institucional oferece acolhimento temporário para famílias e adultos com vínculos sociais fragilizados. As residências do serviço abrigam no máximo 4 pessoas por quarto e 50 pessoas por residência. E o Serviço de Acolhimento em República também oferece abrigo temporário para adultos que estejam em fase de reinserção social, no processo de saída das ruas.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua tem a finalidade de ofertar serviços especializados de acordo com a demanda, e atividades para o desenvolvimento social, buscando o fortalecimento de vínculos interpessoais ou familiares e a construção de novos projetos de vida. Isso se dá com o acompanhamento por profissionais multidisciplinares como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, pedagogos e outros, a partir de sessões de orientação individuais ou em grupo. São responsáveis também por dar suporte aos moradores de rua no acesso à rede de serviços socioassistenciais de acordo com a situação, os encaminhando para serviços de saúde, educação, trabalho, moradia, cultura, previdência social, defensoria pública, órgãos do poder e defesa de direitos, além de contribuir na construção de autonomia, inserção social e no processo de saída das ruas. Esse serviço se desenvolve no Centro de Referência Especializada para

a População de Rua, conhecido como Centro Pop. Todas as capitais brasileiras têm no mínimo uma unidade do Centro Pop, mas, segundo relatos dos próprios moradores de rua, a quantidade existente não é suficiente para a demanda. O espaço oferece salas para guardarem seus pertences e banheiros para higiene pessoal, além de distribuir as três refeições principais e emitir documentos caso necessário. O Centro Pop ainda disponibiliza o endereço do espaço caso o morador de rua precise passar por algum cadastro ou processo que exija esse dado, além de realizar um registro completo das pessoas atendidas pelo serviço, que, além de melhorar o acompanhamento do trabalho social, permite a localização por familiares.

A partir dos trabalhos realizados pelo MNPR juntamente com as informações coletadas pelo GTI e pesquisas de levantamento de dados, é instituído o Decreto Presidencial nº 7.053/2009, contendo a Política Nacional para a População de Rua (PNPR), e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua) (Brasil, 2009). Apesar de ser consolidada como política nacional, não foi aplicada em todos os estados brasileiros.

A PNPR, a partir de levantamentos realizados por movimentos sociais, determina que sejam criados centros de referência especializados para o atendimento da população de rua, que seja realizada a contagem oficial de pessoas que vivem nas ruas, que sejam criados meios de articulação com o SUS (Sistema Único de Saúde)⁹ para oferta de serviços, e que sejam inseridos no Cadastro Único para terem acesso aos programas sociais, benefícios assistenciais e programas de transferência de renda, de modo a garantir que quem vive na rua tenha seus direitos respeitados, um atendimento humanizado e se sintam valorizados (Brasil, 2009).

Apesar de reconhecer a heterogeneidade que esse grupo representa, a Política Nacional se constrói a partir dos fatores coincidentes da experiência de habitar as ruas. Reconhecendo a discriminação que sofrem e na tentativa de diminuir o preconceito e as práticas comuns que dificultam a sua vida, a PNPR incentiva que sejam promovidos debates sobre a realidade da população em situação de rua nas redes de ensino, assim como a flexibilização da exigência de documentos pessoais e comprovantes de residência para quaisquer processos de matrícula, cadastro e inscrição dessas pessoas. Pretende ainda acolher e garantir proteção integral; prevenir o agravamento de situações de negligência, violência e rompimento de vínculos; desenvolver a sociabilidade; retomar e fortalecer vínculos familiares e sociais; promover a convivência comunitária; acesso à rede socioassistencial, demais órgãos de garantia de direitos e políticas públicas; acesso à rede de qualificação profissional; favorecer o desenvolvimento de aptidões e capacidades de fazerem escolhas com autonomia; construção de projetos de vida; acesso

⁹ Sistema de saúde pública brasileiro

à programações culturais, de lazer e esporte.

É desenvolvido ainda pela PNPR o Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, a partir da parceria entre o MDS, a UNESCO e o Instituto Pólis. O programa concretizou ações de capacitação de liderança, profissionalização, e acesso ao mercado de trabalho a partir de seminários e fóruns, além de exigir a contratação de moradores de rua em pelo menos 2% do total de pessoas contratadas nos projetos e serviços da Administração Pública, sendo no mínimo uma pessoa, alterando a lei nº 8.666 da Constituição Federal (Brasil, 1993).

A política garante também o acesso da população em situação de rua aos programas de habitação de interesse social que venham a ser criados pelo Governo Federal; implementação de uma Política de Locação Social nos centros das cidades que garanta o acesso de moradores de rua a moradias dignas com aluguéis compatíveis à sua possibilidade; implementação de uma política de Bolsa Aluguel destinada à população de rua; viabilização de empreendimentos habitacionais específicos para a população em situação de rua, seja por aquisição, desapropriação ou locação; garantia de que os programas de moradia estejam unidos a outras políticas de assistência, geração de renda, saúde, educação e trabalho; articulação entre os programas de habitação e os serviços públicos básicos, além de conforto e segurança, com localização, transporte e infraestrutura; desenvolvimento de projetos de urbanização e reabilitação da cidade que atendam as demandas da população de rua; garantia de apoio dos programas de habitação social no pré-morar e no pós-ocupação; acesso à água e sanitários nos espaços públicos para uso coletivo.

Vê-se ainda, que já existem movimentos que lutaram pela construção de medidas e políticas que visam dar suporte aos moradores de rua, mas, como os dados fornecidos pela Pesquisa Nacional, 88,5% deles não recebem qualquer auxílio social do Estado. Isso se dá pelas limitações restritivas e exigências de acesso que são desalinhadas com o perfil e as características dos moradores de rua. Entre as barreiras que dificultam sua adesão às políticas sociais, está a exigência de apresentação de documento de identificação e comprovação de endereço domiciliar, além dos fatores mais indiretos como o preconceito que os estigmatiza como perigosos e a falta de conhecimento e tato dos servidores para lidarem com sua realidade.

Apesar de existirem políticas públicas e elas apresentarem vantagem, são medidas de caráter assistencialista, que não buscam resolver a questão de um ponto de vista estrutural. É preciso ainda que sejam mais acessíveis e viabilizadas do ponto de vista da vulnerabilidade de quem vive nas ruas. Ao invés de trabalhar na construção de políticas efetivas, recentemente tem-se assistido a ações de expulsão de moradores de rua de alguns dos locais onde têm por hábito ocupar. Essas ações, que utilizam da força física para retirar os poucos pertences que têm, ou ainda, de forma intimidadora e a partir

[Página Inicial](#) » [Cidadania](#) »

Prefeito expulsa moradores de rua para 'cidade não virar um lixo'

"Preciso cuidar da minha cidade. Pessoas do bem me ajudem! Me apoiem!", diz Edivaldo Antônio Brischi

19/07/2017 - 12:47

Por [Dedeeza](#)

BRASIL

Prefeitura de SP altera decreto sobre conduta com morador de rua

Parágrafo que proibia a Guarda Civil Metropolitana (GCM) de recolher colchões e cobertores de moradores de rua foi retirado pela equipe da gestão Dória

Por [Paula Felix, da Agência Estado](#)

Publicado em: 22/01/2017 às 11h20
Alterado em: 22/01/2017 às 18h22

BRASIL

Moradores de rua em SP são acordados com jatos de água, diz CBN

Uma equipe contratada pela Prefeitura para limpar o local teria sido a responsável por expulsar as pessoas em situação de rua

Por [Valéria Bretas](#)

Publicado em: 19/07/2017 às 18h19
Alterado em: 20/07/2017 às 09h52

Defensoria denunciará Rio por expulsar moradores de rua

Segundo o órgão, pessoas em situação de rua vêm sendo expulsas de forma truculenta dos locais públicos em que costumam ficar

Por [Clarice Cudischevitch](#)

Publicado em: 12/08/2016 às 10h28

Imagem 1 - notícias de ações agressivas para com a população de rua por parte do poder público

de ameaças, os obrigam a desocuparem certos espaços, que por norma são espaços públicos, sem oferecer nenhum tipo de suporte ou programa de encaminhamento social, mostram o despreparo para lidar com esse grupo (Imagem 1). Esse tipo de ação agressiva e higienista exclui e reduz pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade social, além de serem paliativas, já que forçar a retirada de moradores de rua de um local não resolve a situação, mas sim a transporta para outro local. Quem deveria garantir a segurança e acesso aos direitos básicos tem sido na verdade quem os impõe medo e insegurança.

Ainda é necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas efetivas que promovam a inserção social dos moradores de rua, assim como colaborem com a sua autonomia e dignidade.

Há de se reconhecer, porém, que na atualidade esse grupo já não é legalmente criminalizado, e tem recebido um suporte significativo a partir da mobilização de instituições e grupos criados pela sociedade civil. A condição em que vivem hoje já é melhor aceita, apesar de ainda não estar livre dos estereótipos negativos, mas são contemplados por algum acolhimento e cuidado.

a cidade e o espaço público

A cidade pode ser definida como uma estrutura equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização, que seja suficientemente condensada para abrigar a quantidade máxima de instalações no menor espaço possível, mas também capaz de aumentar sua dimensão, o que permite que encontre um lugar que abrigue necessidades mutáveis e as possíveis novidades de uma sociedade crescente (Mumford, 1961, p. 38). Na dimensão arquitetônica, enquanto objeto que existe para ser apropriado coletivamente ou individualmente, é compreendida a partir da conjunção de elementos como ruas, calçadas, praças, parques e edifícios. Tais elementos podem ser classificados, morfológicamente, e pela utilização como espaços públicos, semipúblicos, privados ou semiprivados.

As áreas públicas são áreas de livre circulação, como ruas, praças e parques, diferente das áreas semipúblicas que, apesar de serem também espaços de livre circulação, seu acesso cria dúvidas sobre a possibilidade de entrar, ou seja, faz pressupor regras de utilização ou a apropriação por grupos específicos. Já as áreas privadas pressupõem propriedade e circulação completamente restrita, como lotes de residências, enquanto as semiprivadas também configuram propriedade privada, mas a circulação é aberta ao público, por exemplo, lojas, centros comerciais e estacionamentos.

Tal como refere Valente-Pereira (2012), a cidade é uma criação da sociedade, portanto, sua configuração física é a cristalização dos processos sociais vividos pelos cidadãos em um determinado período, o que implica que as cidades se desfazem e refazem orientadas pelos valores, ideias e modelos de modernidade e progresso que se vão desenvolvendo (Valente-Pereira, 2012, p. 11). Logo, cada cidade adquire sua personalidade individual ao mesmo tempo que constrói a identidade dos seus habitantes, que estimulam e organizam os modos de vida e os comportamentos coletivos e individuais, mas que também influem na transformação urbana. O planejamento de novos espaços urbanos, sendo combinado com os elementos pré-existentes, resulta sempre em novas formas urbanas e novos modelos funcionais que expressam a nova cultura urbana (Alves, 2003, p. 19).

Os contextos, expectativas e necessidades mudam a depender dos utilizadores, por isso o desenho do espaço urbano deve ser flexível e versátil, possível de ser adaptado a outros contextos e padrões de comportamento. O planejamento dos espaços urbanos parte do entendimento do contexto e das necessidades dos utilizadores, e, portanto, Alves (2003) refere que a tarefa dos criadores se torna mais difícil quanto mais volátil for a natureza das comunidades.

O autor defende ainda que o carácter da cidade é definido principalmente pelos componentes do espaço público, ou seja, as áreas de circulação e de estadia, os acessos e espaços verdes, equipamentos, placas de sinali-

zação, mobiliário urbano, infraestruturas técnicas e outros (Alves, 2003, p. 131). Portanto, espaços públicos de qualidade dependem da organização desses componentes, sua distribuição, disposição e configuração no espaço, mas também passa pela sua articulação com os edifícios privados, já que são eles que definem e delimitam o espaço público.

Sendo os espaços públicos os locais onde a sociedade se materializa e se expressa, é neles que a cidade é vista e definida de forma coletiva, já que não existem as limitações dos espaços de posse individual. Assim, à medida que a sociedade muda e se complexifica, os espaços da cidade se modificam junto.

Popularmente, é entendido como um espaço de acesso livre e gratuito, igualitário e não excludente, e que possibilita a socialização, o encontro com o outro, mas seu conceito é amplo de acordo com a abordagem e o âmbito que é direcionado.

A partir do ponto de vista físico, podem ser definidos como sendo o espaço “delimitado pelo pavimento, fachadas ou cortinas verdes, montes, mar e céu, onde se processam atividades e comportamentos, que contem/realiza a vida urbana, que produz sensações e emoções e transmite significados.” (Valente-Pereira, 2014, p. 41).

Alex (2008) pontua que são espaços acessíveis a todas as pessoas, mas “dentro de regras de convívio e debate. [...] embora o espaço público possa ser também o lugar das indiferenças, ele caracteriza-se, na verdade, pela submissão às regras da civilidade.” (Alex, 2008, p. 20). No mesmo sentido, Indovina também refere serem “espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos” (Indovina, 2002, p. 120).

Borja & Muxí (2003) definem como sendo o espaço em que a sociedade se faz visível, e que tem como características a monumentalidade, multifuncionalidade, promoção de trocas, encontro e expressão; “supõe domínio público, uso social coletivo e multifuncionalidade. Se caracteriza fisicamente pela acessibilidade, que é um fator de centralidade.”¹⁰ (Borja & Muxí, 2003, p. 35).

Mas o espaço público não se resume apenas ao ambiente físico e material. São também espaços que “oferecem oportunidades de reunião, socialização, recreação, festivais, assim como protestos e manifestações. [...] proporcionam um respiro das cidades densas e vida cotidiana estruturada. [...] se tornam uma expressão coletiva da cidade assim como depósito de memórias pessoais. [...] estão cheios de significados importantes e coletivos

¹⁰ “supone pues dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza fisicamente por su accesibilidad, lo que le hace un factor de centralidad.” (Borja & Muxí, 2003, p. 35)

– oficiais e não oficiais.”¹¹ (Hou, 2010, p. 2).

São ainda os espaços “onde todos os cidadãos, independente da sua classe social e questões pessoais, se sintam iguais e cuidados. O espaço público incorpora a dimensão especial de satisfazer as necessidades comuns; [...] mas adiciona ainda a qualidade de socialização. Espaços públicos são onde as pessoas podem se conhecer, socializar, descobrir interesses e paixões em comum, afirmar seu direito compartilhado à cidade, se organizar, e defender seus direitos ou demandas.”¹² (Garau, 2014, p. 10).

Esses espaços são também “representativos da vida urbana que se faz presente, e são os únicos lugares onde a vida coletiva, sem distinção de raça e classe social, permanece inalterada. [...] o espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro.” (Gatti, 2013, p. 8), ou seja, são espaços “que dão suporte ou facilitam a vida pública e as interações sociais.”¹³ (Carmona et al., 2003, p. 109).

Chapman (2006) resume como “um lugar que é criado e mantido por uma entidade governamental em benefício da comunidade e que idealmente pode ser utilizado independentemente da condição econômica ou social dos cidadãos.”¹⁴ (Chapman, 2006, p. 388). É, portanto, “o espaço em comum onde a civilidade e o que coletivamente pode ser considerado público se desenvolvem e se expressam.”¹⁵ (Francis, 1989, p. 149).

Diante dessas diferentes abordagens, é possível fragmentar o conceito de Espaço Público em dimensões. A *dimensão física* define como um espaço exterior, de ligação entre espaços privados; a *dimensão funcional* define como um espaço multifuncional, onde ocorrem diversas atividades; a *dimensão social* define como um lugar democrático e destinado ao encontro com o outro; a *dimensão política* define como um espaço de livre expressão e manifestação; e a *dimensão simbólica* define como um local que concentra significados e experiências.

¹¹ “provide opportunities for gathering, socializing, recreation, festivals, as well as protests and demonstrations. [...] provide relief from dense urban districts and structured everyday life. [...] become collective expressions of a city as well as depositories of personal memories. [...] are imbued with important, collective meanings – both official and unofficial.” (Hou, 2010, p. 2)

¹² “where all citizens, regardless of their income and personal circumstances, can feel both equal and cared for. Public space embodies the special dimension of commonly satisfied needs; [...] but have in addition a socializing quality. Public spaces are where people can meet, socialize, discover common likes and passions, affirm their shared rights to the city, organize, and where they can demonstrate to defend or champion commonly held rights or demands.” (Garau, 2014, p. 10)

¹³ “that support or facilitate public life and social interaction.” (Carmona et al., 2003, p. 109)

¹⁴ “a place that is created and maintained by a government entity for the benefit of the community and that ideally can be used regardless of one’s economic or social condition.” (Chapman, 2006, p. 388)

¹⁵ “the common ground where civility and our collective sense of what may be called “publicness” are developed and expressed.” (Francis, 1989, p. 149)

lugar de cidadania e direito à cidade

De acordo com as definições citadas, pode-se dizer que os espaços que são públicos devem fomentar o exercício da cidadania entre todos os cidadãos, que não são somente os indivíduos nascidos ou os habitantes legais de uma cidade, mas todo aquele que faz parte dela. A cidadania, portanto, deve garantir a todos o exercício dos direitos civis, econômicos, sociais e políticos, enquanto, por outro lado, os cidadãos devem cumprir deveres, por uma convivência saudável em sociedade. Garante ainda o acesso de todos às decisões e medidas de governança e políticas públicas, incumbindo a todos os cidadãos a tarefa de zelar pelos bens públicos e colaborar na fiscalização dos gastos e dos serviços. Ou seja, a ideia de cidadania no contexto dos espaços urbanos busca a participação integral da comunidade, a partir de um sentimento de pertencimento que conecta os cidadãos entre si e com o Estado. Em outras palavras, a cidadania busca assegurar que todos os cidadãos tenham o seu *direito à cidade* garantido, que, segundo Henri Lefebvre (2001), significa não só o direito a estar nos espaços, mas se sentir livre para socializar, participar e se apropriar deles.

Perante o ideal de espaços públicos que promovem a cidadania, eles tem potencial para ser um instrumento poderoso de inclusão, já que é impossível limitar o acesso a ruas, calçadas, parques e praças, ou seja, pressupõe que todos que estejam na cidade sejam tratados como iguais (Garau, 2014, p. 8). No entanto, Garau refere que um espaço público de qualidade deve priorizar a busca por equidade, ao invés de igualdade, especialmente com relação às minorias sociais que ocupam aquele espaço.

Equidade é um conceito que busca a justiça social, ou seja, que todas as partes envolvidas não necessariamente sejam tratadas da mesma forma ou recebam os mesmos benefícios, mas sim que recebam cada uma o justo para si, na tentativa de se igualarem e alcançarem, igualmente, acesso ao básico. Não significa que todos devam morar em habitações do mesmo tipo ou usufruir do mesmo padrão de serviços, mas sim que a cidade equitativa deve oferecer para todos, espaços agradáveis e acessíveis, com amenidades e serviços úteis, e cujos gastos são repartidos por todos de acordo com a possibilidade de cada um. É importante, porém, ressaltar que, uma cidade de fato equitativa ofereceria acesso, muito além de ruas, praças e parques, a equipamentos básicos de lazer, esportes, cultura e informação, habitações acessíveis para todos, além de transportes, educação e saúde públicas (Garau, 2014, p. 7).

Os espaços públicos devem, não só na teoria, mas também na prática, ser democráticos, diluir as diferenças sociais e culturais, além de ser espaços seguros e não excludentes, e propiciarem o debate e manifestação de todos os cidadãos, independente de classe social, gênero ou raça. Logo, a intensidade da vida coletiva em um espaço público provavelmente classifica a sua qualidade, já que um espaço utilizado implica um resultado bem

sucedido em que os cidadãos se sentem confortáveis para se apropriarem e ocupá-lo.

Conclui-se, portanto, que em um espaço público ideal todas as pessoas se sentiriam protagonistas, e poderiam circular livremente se sentindo seguras. O espaço seria acessível, no sentido físico, sendo bem conectado na malha urbana, com fáceis acessos de chegada e saída inclusive para pessoas com deficiência e todas as formas de mobilidade, com fácil acesso a estações e pontos de transporte público; e ainda no sentido social, permitindo livre circulação a todos, livre apropriação do espaço e das possíveis atividades propostas. Deve também abrigar atividades diversificadas, vivas e que promovam a interação – não só entre conhecidos, mas também com estranhos – e que atraiam pessoas de diferentes grupos sociais ao local. Por fim, há de proporcionar conforto visual e conforto de permanência, serem limpos e equipados com mobiliários urbanos de parada e descanso.

Na prática, porém, os espaços públicos têm se tornado espaços segregadores, reservados a grupos específicos. Segundo Serpa, apesar de serem espaços que propiciam a manifestação política, podem ser apropriados pelo sistema capitalista, se tornando uma mercadoria acessível a poucos (Serpa, 2007, p. 9). Isso porque, de acordo com Lefebvre (2001), a partir do momento em que a sociedade se torna urbana, as cidades passam a equilibrar relações desiguais de poder, havendo um conseqüente aumento da desigualdade, o que afasta os grupos menos privilegiados da garantia do seu direito à cidade.

A partir da predominância dessa visão capitalista que teme e afasta o diferente, o aproveitamento dos espaços públicos contemporâneos tem sido taxado por uma visão estigmatizada que os define como lugares perigosos (Garau, 2014, p. 20). Por isso, os espaços públicos das grandes cidades têm sido cada vez menos usados, como reflexo desse período socialmente complexo, no qual Lefebvre (2001) defende que seria resolvido somente com a destruição da ideologia de consumo pela classe trabalhadora, assim como Harvey (2014), que diz que a luta pelo direito à cidade é necessariamente uma luta anticapitalista.

Assim, o cenário atual das cidades brasileiras mostram uma distribuição desigual das riquezas que tem se refletido nos espaços urbanos, mostrando um desaparecimento dos espaços públicos de estar em detrimento de edifícios privados que abrigam as mesmas funções. Com as transformações tecnológicas e fragilização das relações sociais físicas, tem havido um esvaziamento dos espaços públicos, reforçando o estigma de espaços perigosos e descaracterizando a função social de local de encontro, manifestações políticas e culturais ou trocas comerciais. A partir disso, tem sido priorizados investimentos em espaços elitizados, como casas em condomínios fechados e murados, e a locomoção quase exclusivamente com automóveis particulares, privilegiando o bem-estar individual de uma elite econômica.

Diante da construção da imagem dos espaços coletivos da cidade como espaços perigosos, Gehl (2010) defende que, uma cidade mais democrática e que passe a sensação de segurança depende da presença de pessoas caminhando e se apropriando dos espaços públicos. Ou seja, sendo o objetivo primeiro dos espaços públicos abrigarem a vida urbana coletiva, relações interpessoais e manifestações, é somente garantindo sua ocupação que se pode inibir as ações criminosas e recuperar a sensação de segurança diminuída pela perda da vitalidade social (Nygaard, 2010, p. 165). Mitchell (2003) defende também que somente através da ocupação dos espaços que eles podem ser considerados espaços públicos, assim como Lynch (1960) que diz que o papel das pessoas na cidade não pode ser limitado a apenas observadores, mas devem assumir seu papel ativo e se apropriarem para que sintam e percebam o espaço.

Assim, partindo do princípio que as cidades refletem a sociedade, e a sociedade é composta por indivíduos diferentes, as soluções também não podem ser uniformes, e nada mais lógico do que elas partirem das experiências dos próprios utilizadores.

a participação e o envolvimento

Entre as décadas de 1960 e 1970, com a queda dos regimes ditatoriais, surge de forma latente a busca por direitos básicos como educação, saúde e habitação, fazendo que nesse período se iniciassem lutas sociais de reivindicação de direitos como das mulheres e negros, assim como os movimentos de direito à habitação. Na busca por bem-estar e igualdade entre os cidadãos, e por os igualar no seu direito à cidadania, é levantada a questão da participação enquanto direito social que incluiria os grupos marginalizados nos espaços de discussão política.

A participação nas escolhas da cidade, portanto, é uma forma de exercer o direito à cidade e a cidadania, já que os espaços urbanos são construídos pela coletividade.

Perante o referido abandono dos espaços públicos, e o entendimento de que não têm atendido às funções que são propostas, têm surgido intervenções e iniciativas para a requalificação desses espaços, visando que atendam às necessidades dos utilizadores e sejam mais inclusivos e acolhedores a eles.

No entanto, para que se alcance tal objetivo, o ponto de partida do processo de planejamento será entender as faltas dos espaços já existentes, a partir da escuta e do diálogo (Indovina, 2002, p. 5), já que, é somente a partir do levantamento das experiências dos utilizadores que se pode planejar um espaço funcional e que atenda às necessidades (Garau, 2014, p. 12). Segundo Simone Gatti (2013), compreender os desejos e necessidades da população local é tão importante quanto avaliar o entorno e as especificida-

des do terreno em um processo de projeto de espaços públicos.

A partir dessa lógica, em São Paulo foi elaborado um Guia do Espaço Público que parte da ideia de que o especialista do espaço público é a comunidade, portanto, o ponto de partida para desenvolver um espaço é observar e escutar as perspectivas de quem vive aquele local, as histórias, ideias de uso, problemas, faltas e necessidades. O desenho do espaço então poderá ser feito solucionando questões de forma realmente útil, buscando também a sensação de acolhimento e conforto, para criar um sentido de comunidade. Os espaços devem ainda ser flexíveis e abertos à mudança, já que as necessidades da comunidade estão sempre se transformando.

Partindo do princípio de que o espaço público deve ser o organizador da forma urbana e do bem estar dos utilizadores, Garau (2014) lista medidas em prol do sucesso dessa nova forma de gerenciamento urbano. O percurso passa por fazer questionários aos utilizadores sobre os equipamentos, sua disponibilidade, acesso, distribuição e qualidade dos espaços, para determinar as áreas com prioridade de intervenção; desenvolver planos urbanísticos que tenham foco no espaço público; comprar antecipadamente terras para desenvolvimento urbano, reservando partes do espaço público para usos múltiplos; desenvolver projetos pensados para serem duráveis, de fácil manutenção e não onerosos; incentivar o uso temporário dos espaços públicos e terrenos vazios; incentivar a participação dos cidadãos em todas as etapas do desenvolvimento do espaço público; e promover incentivos para o envolvimento do setor privado no desenvolvimento e na gestão dos espaços públicos.

De forma semelhante, Valente-Pereira (2012) desenvolve um método de reabilitação da cidade e dos seus espaços públicos através do envolvimento dos cidadãos, que parte da busca pelos valores e práticas que foram perdidos nas cidades para reabilitá-las. Nesse cenário, a própria comunidade manifesta o que precisa para uma vida melhor, um ambiente mais qualificado e conquistarem a apropriação dos seus espaços. A autora defende ainda que a busca por melhores cidades não se dá refazendo o passado, mas o desenvolvimento deve ser buscado a partir da aprendizagem das raízes, da experiência da cidade existente e da descoberta de quem são os utilizadores e o que lhes falta. Propõe, portanto, uma nova política urbana que: se empenhe nas transformações sociais; tenha consciência da necessidade de encontrar respostas para os problemas que resultam da ocupação urbana, como problemas ambientais, de exaustão de recursos naturais, de extinção de espécies e de destruição da paisagem; e encare os territórios marginalizados que a cidade recusa como seus. Esta nova política urbana ainda deverá priorizar: a dimensão social e qualidade de vida no território; a estruturação do tecido urbano existente e dos novos territórios que venham a crescer; a aprendizagem do urbano a partir de discussão crítica, multidimensional e alargada aos diferentes agentes sociais, e o conhecimento da

história da sua evolução, da constituição e da apropriação dos seus espaços; as práticas urbanas descentralizadas do bairro e da rua, que viabilize o contato com a comunidade e seu espaço, para que interajam, discutam e definam os programas de ação de transformação. Portanto, o processo de intervenção na cidade existente deve ser assumido pela comunidade, sendo assim um processo político, do modo de exercer o governo da cidade.

Segundo uma lógica similar, o coletivo *Project for Public Spaces*¹⁶ reabilita espaços públicos nos EUA a partir da ideia de *placemaking*. O conceito de *placemaking* pode ser definido pelo processo de construir os espaços públicos a partir do planejamento e execução em conjunto com as pessoas que utilizam aquele espaço diariamente. A união do conhecimento técnico da equipe com a experiência de quem habita a área permite transformar os espaços públicos em locais mais vivos e que atendem às necessidades comuns. Além de passarem o conhecimento para a transformação dos espaços, ensinam também formas de manter cuidados e conservados durante os próximos anos. Segundo a equipe, incluir a comunidade no processo de criação dos espaços é fundamental para uma sociedade criativa, saudável e igualitária.

Por outro lado, Jaime Lerner (2011) desenvolveu uma nova forma de intervenção a partir da acupuntura urbana como forma de reabilitar os espaços públicos já existentes, mas desertificados. Acupuntura urbana consiste em, a partir de uma mudança pontual, revitalizar uma área inteira. Ele defende, portanto, que:

“se um espaço tem atividade econômica, mas falta gente, deve se incentivar a moradia. Se o espaço não tem atividade, deve se inserir serviços, atividades que traga animação. Se os usos futuros são incertos, podem instalar estruturas provisórias. Se o espaço é vazio à noite, cria-se uma atividade noturna.” (Lerner, 2011, p. 37)

De acordo com o autor, são formas de solucionar que podem ser quase instantâneas. Misturar funções e ter um processo contínuo de evolução das cidades é fundamental.

Tem surgido um novo tipo de espaços públicos que, através da intervenção direta dos utilizadores, surgem de forma espontânea, e não se encaixam nas categorias tradicionais de parques e praças (Hou, 2010, p. 2). Esses espaços insurgentes, autocriados a partir de locais abandonados que são recuperados e apropriados, desafiam o conceito e a forma convencional de espaços públicos. Chamados pelo autor de espaços *self-made*, costumam ser criados por comunidades marginalizadas que os utilizam para abrigar

¹⁶ <http://www.pps.org/>

eventos temporários ou reuniões informais, sendo uma nova forma de expressar a coletividade nas cidades contemporâneas.

É preciso portanto considerar simultaneamente as vertentes física e funcional dos espaços públicos, para garantir que sejam multifuncionais e duradouros; além de, segundo Gehl (2002), serem criados novos espaços que incentivem a convivência entre os cidadãos e satisfaçam as necessidades básicas diárias. De acordo com Garau (2014), nada supera um espaço público restaurado como uma oportunidade de unir cidadãos em torno de um propósito em comum.

Portanto, as cidades devem ser analisadas sob seus aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais pelas políticas públicas, além de serem acompanhadas por políticas sociais que equilibrem o processo especulativo que acompanha as melhorias urbanas, para que a população de baixa renda possa ser também parte das transformações, e não sejam expulsas direta ou indiretamente do seu local de origem. (Gatti, 2013, p. 9)

Reconhece-se que o processo de construção e requalificação de um espaço urbano deve partir de uma abordagem multidisciplinar e coletiva, envolvendo novas políticas urbanas e especialmente a escuta ativa dos utilizadores e potenciais utilizadores. Se o critério para um espaço cumprir sua função de lugar de cidadania e direito à cidade passa por suprir as necessidades de quem utiliza aquele espaço, é essencial que a população possa manifestar suas experiências, desejos, faltas e necessidades. De acordo com Garau (2014), o objetivo de uma nova forma de gerenciamento é transformar os cidadãos, de meros utilizadores da cidade, em pessoas que cuidam do espaço urbano com o cuidado e respeito que o ambiente de convivência pede. Por isso, envolvendo a participação da população na execução do projeto urbano, cria-se uma sensação de aproximação e uma relação mais íntima com o espaço, diminuindo as chances desses espaços serem deteriorados.

Finalmente, um processo de planejamento não busca construir uma cidade utópica e especulativa, e sim uma cidade querida, que misture conhecimento e mistério, segurança e encontros, liberdades prováveis e transgressões possíveis, privacidade e imersão na vida coletiva (Borja & Muxí, 2003, p. 108).

espaço público como abrigo

A sensação de insegurança que domina os espaços públicos em tempos recentes é pautada em notícias e relatos de experiências, mas também é reforçada pelos preconceitos que tangem grupos em situação de vulnerabilidade social. Como visto, o preconceito contra os moradores de rua, sua aparência e forma de se vestir causam uma reação que tenta combater a sua presença nos espaços públicos. Esse pensamento discrimina também as

áreas onde os moradores de rua costumam se estabelecer e os locais onde existem serviços de apoio a estes cidadãos, e assim alguns espaços urbanos com potencial de desenvolvimento acabam se tornando desvalorizados e rejeitados socialmente.

A cidade se formou com a função primordial de abrigar pessoas, e, conforme se desenvolviam, passam a ser integrados os serviços que se mostram necessários. Além dos edifícios, os espaços de circulação e os espaços de estar correspondiam a espaços em construção, onde se iam desenvolvendo algumas atividades, normalmente associadas à extensão das atividades que se desenvolviam dentro dos edifícios, e, conforme evoluíram, passam a se organizar em ruas e espaços públicos destinados a outras funções específicas.

Os espaços públicos, que durante a história cumpriram função cívica, comércio, mercado, lazer e convivência, nunca foram pensados para que servissem como abrigo. Assim como os motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas são situações extremas, a adequação de um espaço que é público para desempenhar funções que acontecem em espaços privados também é. Por isso o processo de abrigo em espaços públicos, envolve uma fase de adaptação, tanto da pessoa para com o espaço, quanto do espaço para com a pessoa. Essa adaptação envolve fazerem um tipo de mapeamento visual da área, onde identificam os recursos disponíveis e a organização dos espaços, disposição dos edifícios e até a existência de muretas e desníveis. Todas as atividades executadas em uma casa terão que ser reproduzidas nas ruas, por isso buscam formas de que suas necessidades sejam atendidas da forma mais confortável possível, diante da falta de uma habitação.

Apesar de viverem no espaço urbano sem proteção, também constroem uma relação com o espaço público na qual, ainda que nada possuam, estabelecem sua identidade e desenvolvem preferências, na tentativa de criar um apego e padrão que remeta ao espaço do lar. Por isso, buscam locais estratégicos que cumpram cada função. Para dormir, buscam espaços cobertos e preferencialmente onde possam se encostar a uma parede ou muro. Cada um deles costuma estabelecer um local padrão onde dormem, e isso é sabido entre todos os que vivem naquela área.

Na ausência de um banheiro público, para fazerem suas necessidades, procuram lugares desertos onde possam se refugiar por trás de uma parede ou alguma barreira. A falta de um banheiro para atenderem suas necessidades é a maior insegurança entre a maioria dos moradores de rua, que temem agressões ou abusos. No geral, preferem ocupar galpões, marquises, postos de gasolina, viadutos, canteiros e bancos de praças, priorizando localizações mais próximas possível de banheiros públicos, chafarizes, refeitórios públicos e instituições de apoio. Cada uma dessas escolhas, porém, variam de acordo com o período do ano e a região do Brasil. Em alguns estados em que o inverno é mais rigoroso, os moradores de rua se abrigam em espaços

mais protegidos e privilegiam os albergues, enquanto alguns se deslocam para outras cidades.

Essa busca por um espaço de abrigo que sacie as necessidades mais básicas cria nas cidades pontos de concentração dos moradores de rua, normalmente perto dos centros de apoio, como o Centro Pop, onde podem ter acesso a alimentação, banheiros e espaços onde guardam seus pertences.

Durante o dia costumam se locomover até locais mais vivos e movimentados, onde tenham mais oportunidade de exercer a sua estratégia de sobrevivência. Morar nas ruas é visto como um fenômeno urbano (Vieira et al., 2004), já que as regiões rurais ou pouco urbanizadas não possibilitam tantas formas de moradia e sustento quanto as grandes cidades.

Devido à ausência de familiares e conseqüente solidão, os moradores das ruas tendem a estar em grupo, assim, além de terem um convívio social e se sentirem pertencentes a um grupo, também ficam mais protegidos contra possíveis violências (Vieira et al., 2004). Costumam ainda usar as drogas e o álcool como um fator de união e socialização entre os elementos do grupo, além de funcionar como um anestésico às situações que vivem.

O fato de se concentrarem juntos na mesma região facilita o trabalho de instituições assistenciais e grupos voluntários que sabem onde se posicionar para a distribuição de alimentos, ou eventualmente a entrega de doações de roupas e cobertores. Por outro lado, porém, cria barreiras sociais nessas regiões, que acabam estereotipadas como regiões desagradáveis e perigosas.



Imagem 2 - localização do Setor Comercial Sul em Brasília



Imagem 3 - partes A e B e setores vizinhos



Imagem 4 - divisão de quadras do setor

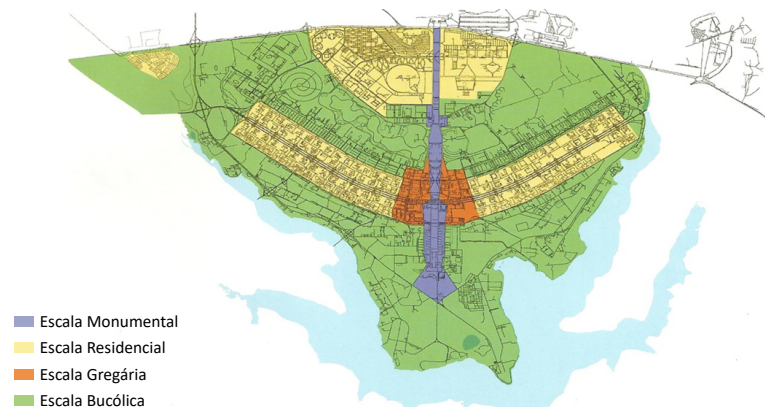


Imagem 5 - escalas do Plano Piloto

o caso do setor comercial sul de Brasília

O Setor Comercial Sul (SCS) está localizado no centro de Brasília (Imagem 2) e é o setor onde, como diz o nome, se desenvolvem atividades comerciais e escritórios. Dentro do cenário brasiliense de setores com funções previamente definidas, o SCS é tido como o setor do Plano Piloto que se assemelha mais dos centros das cidades tradicionais, já que cumpre as funções do comércio e do encontro.

Portanto, antes da pandemia, era uma região com uma movimentação intensa durante o dia, onde, segundo o estudo realizado por Aldrigue (2019), circulavam cerca de 150 mil pessoas por dia. No entanto, se tratando de um espaço composto por comércios e escritórios, que funcionam entre as 7 horas e as 19 horas, durante a noite o SCS se torna um espaço completamente abandonado, sendo apenas ocupado por um grande número de moradores de rua, prostitutas e consumidores de drogas. Por isso os espaços públicos do SCS foram negligenciados pelas políticas públicas, sendo atualmente espaços escuros e degradados, que poucas vezes receberam manutenções ou qualquer tipo de cuidados por parte das entidades públicas.

Perante essa complexa interação social entre os empresários e comerciantes que veem a imagem de um espaço sujo e degradado e atribuem a criminalidade à presença dos moradores de rua, os escritórios do SCS foram gradualmente se esvaziando, fato acelerado pela pandemia, em que todos os negócios que tinham a possibilidade se adequaram ao regime remoto. Atualmente existem no SCS 7 edifícios completamente vazios, e mais de 1000 salas de escritório inutilizadas. Diante da necessidade de reinventar o espaço para que seja um espaço vivo além do horário comercial, no dia 3 de setembro de 2020 foi apresentado um projeto por parte da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), que propunha a revitalização do SCS, a partir da requalificação dos espaços públicos e da reabilitação dos edifícios existentes, destinando 30% da área do SCS para habitações (GDF, 2020). Tal proposta não foi bem aceita, sob o pressuposto que ninguém se sentiria seguro em morar no SCS, já que o cenário em que se encontra, principalmente no período noturno, não é convidativo.

Pouco depois, a 19 de setembro, aconteceu a primeira ação por parte da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal), que, sem aviso prévio, enviou policiais militares para retirarem os pertences dos moradores de rua do SCS. Foram recolhidos colchões, barracas, cobertores, roupas, bicicletas, medicamentos, documentos pessoais, comidas, fotos de familiares, fraldas, e todos os outros pertences que possuíam no momento. Posteriormente, o GDF declarou que a ação seria parte do projeto para a revitalização do SCS, sendo uma “retirada de instalações irregulares”, e que o recolhimento de barracas tinha como objetivo encaminhar os moradores de rua para centros de acolhimento oferecidos pelo governo. Foi aberto um



Imagem 6 - corredor central

■ corredor central
■ vias de serviço

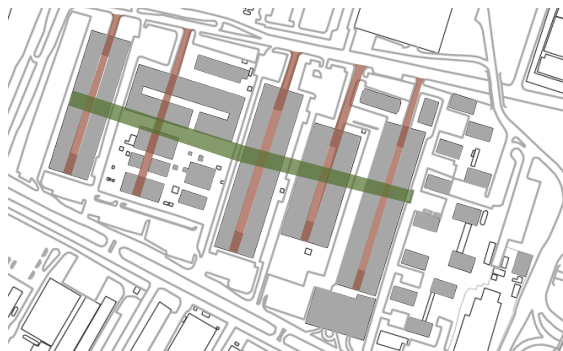


Imagem 7 - corredor central e vias de serviço



Imagem 8 - via de serviço

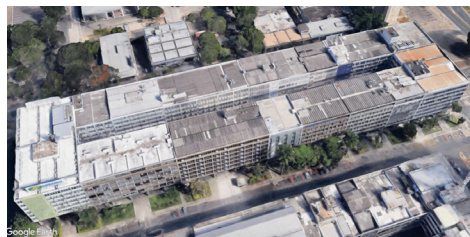


Imagem 11 - formato de edifício germinado

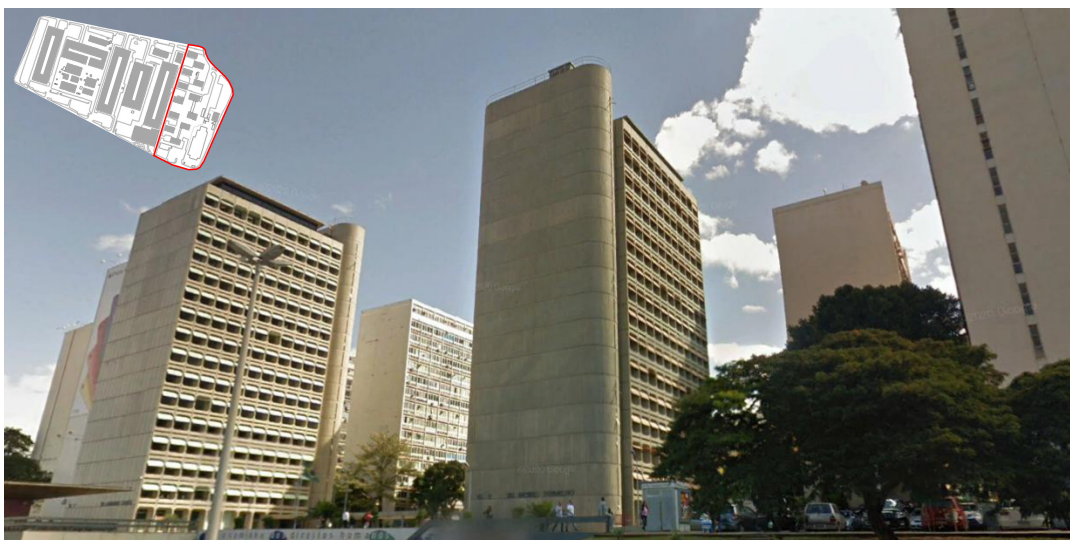


Imagem 9 - quadra 1

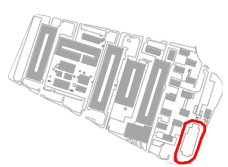


Imagem 10 - praça do DFTRANS

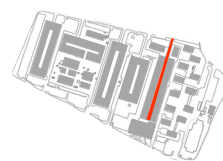
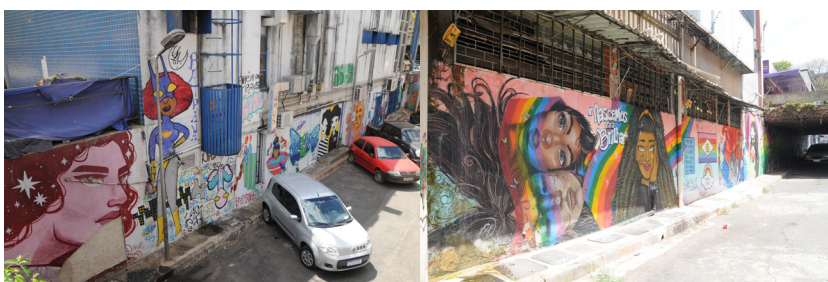


Imagem 13 - beco do SESC

processo por parte do Instituto Cultural e Social No Setor, e, dois dias depois da ação, o juiz determinou que o GDF devolvesse todos os pertences apreendidos em 24 horas, visto que a medida não foi acompanhada de nenhuma política pública, além de estar em desacordo com a Constituição Federal e com a Política Nacional para Inclusão Social da População de Rua. Ações semelhantes voltaram a acontecer em fevereiro de 2021 e em julho de 2021.

Esse tipo de ação, além de não solucionar o problema, tem um caráter higienista e que reforça o estigma negativo que a população de rua carrega. Questões desse tipo pedem a aplicação de políticas públicas ou pelo menos de medidas estratégicas que planejem alternativas para as pessoas que moram na rua.

contextualização física do espaço

O Setor Comercial Sul possui uma área total de aproximadamente 250 mil m², dividida em duas partes pela via W3 (Imagem 3), uma das principais vias de Brasília, que atravessa as duas asas do Plano Piloto de forma contínua. A parte A, composta por dois shoppings centers e um grande edifício de escritórios, não costuma ser considerada como parte do Setor Comercial Sul, por isso, esse estudo vai ser focado na parte B, que é dividido em seis quadras separadas pelas vias transversais (Imagem 4). O setor tem como vizinhos os outros setores da Escala Gregária¹⁷, correspondentes ao Setor Médico Hospitalar Sul, ao Setor Hoteleiro Sul, ao Setor de Rádio e Televisão Sul e ao Setor Bancário Sul (Imagem 3).

Os edifícios entre as quadras do SCS constroem um percurso reto no nível térreo, que ficou conhecido como *corredor central* (Imagem 6), passagem que permite que os pedestres facilmente cruzem o setor longitudinalmente (Imagem 7). Esse caminho, antes da pandemia, costumava estar lotado pelos trabalhadores que passavam, vendedores ambulantes e mendigos. O setor foi planejado também pressupondo a existência de vias no subsolo (Imagem 7), que foram criadas para o acesso e reabastecimentos dos comércios, mas que hoje são popularmente conhecidas como os becos do setor (Imagem 8), lugares considerados perigosos, onde se concentra o consumo e tráfico de drogas.

A quadra 1 foi a primeira a ser edificada e é a quadra que possui uma configuração distinta das demais, com edifícios altos (15 andares) e independentes, com alguma distância entre si (Imagem 9). Nessa quadra há ainda a praça do DFTRANS, cujos limites não são muito claros, porque não tem delimitações a norte e a sul, somente o edifício do DFTRANS a oeste e a avenida do Eixo Rodoviário a leste. A praça está a uma cota mais baixa

¹⁷ O Plano Piloto foi desenvolvido a partir da sua divisão em quatro escalas: a escala monumental, a escala residencial, a escala bucólica e a escala gregária. (Imagem 5)

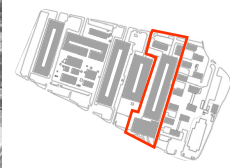


Imagem 12 - quadra 2

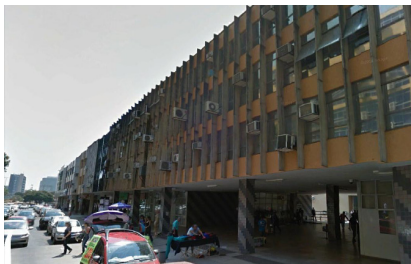


Imagem 14 - quadra 3

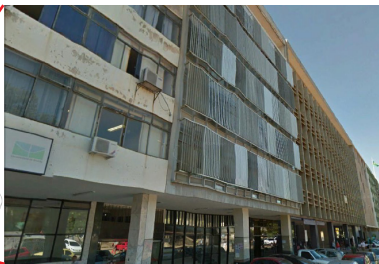
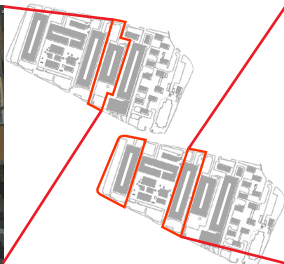


Imagem 17 - quadra 4 (mesma configuração da quadra 6)



Imagem 15 - antiga praça do povo

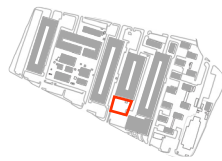


Imagem 16 - praça do povo rehabilitada



Imagem 18 - beco da cal

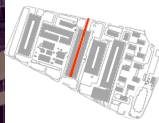


Imagem 19 - evento no beco

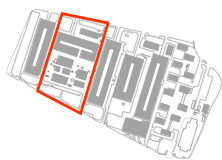


Imagem 20 - quadra 5



do que a quadra 1, portanto, para ter acesso à praça é necessário descer uma escadaria (Imagem 10). Nessa praça está localizada a estação de metrô *Galeria dos Estados*, e há também uma parada de ônibus, o que justifica o movimento da praça.

De modo diferente da quadra 1, as quadras 2, 3, 4 e 6, são organizadas com edifícios germinados, tendo uma fachada conjunta e um vão central para ventilação e iluminação (Imagem 11). A quadra 2, além do edifício germinado, possui dois edifícios separados que são exceções, e se assemelham em termos de forma aos edifícios da quadra 1 (Imagem 12). No nível subterrâneo da quadra 2 existe o Beco do Sesc, que se tornou um dos becos famosos por abrigar grafittis feitos por grandes artistas brasileiros (Imagem 13).

Já a quadra 3 possui prédios baixos, com 3 andares (Imagem 14), e na sua lateral está a Praça do Povo, que costumava ser a praça mais vazia do SCS, tanto por estar em um local sem grande fluxo de pedestres, quanto pela dificuldade de atravessá-la com tantas barreiras, já que está em um desnível diferente (Imagem 15). A praça, que estava muito degradada, sem iluminação e com o pavimento em mau estado, foi reabilitada em outubro de 2021 (Imagem 16), o piso foi reconstruído, as barreiras de acesso foram retiradas para que seja acessível e foram inseridos equipamentos de descanso, sombreamento e iluminação.

Os edifícios da quadra 4, assim como os da quadra 6, têm cerca mediana (6 andares) (Imagem 17). A quadra 4 é a que possui os usos mais variados, como museus, bancos, lojas e a sede de uma instituição universitária. Por baixo da quadra 4 passa o Beco da Cal (Imagem 18), que é o beco onde acontecem a maior parte das festas do SCS (Imagem 19). Já os edifícios da quadra 6, que têm uma de suas fachadas voltadas à via W3, também possuem serviços diferentes do resto, como escola de línguas, escola de direção, banco e correios.

A quadra 5 também possui uma configuração diferente de todas as outras, os seus edifícios têm apenas dois andares e estão separados uns dos outros, e entre eles estão espaços vazios para o trânsito dos pedestres (Imagem 20). Essa quadra está a uma cota mais alta do que a quadra 4, então, entre essas duas quadras há uma escadaria de ligação. Na cota mais baixa, junto ao início da escadaria, entre as quadras 4 e 5, está o banheiro público do SCS (Imagem 21). Ao subir a escadaria existe a Praça do Posto Policial. Essa praça, em parte pela localização do posto policial que faz ronda pela região 24h por dia, constitui mais um local de passagem do que de permanência, e não oferece equipamentos ou nenhum suporte para sua utilização (Imagem 22). Próximo à praça, está uma das unidades do CAPS, que presta serviço a pessoas com problemas de vício, drogas e álcool, com atendimento psiquiátrico, sessões de terapia em grupo e suporte no processo de desintoxicação das pessoas viciadas. Na extremidade oposta da quadra 5, entre



Imagem 21 - banheiro público



Imagem 22 - praça do posto policial



Imagem 23 - praça dos artistas



Imagem 24 - horta do CAPS



Imagem 25 - horta da lotérica

esta e a quadra 6, está a Praça dos Artistas (Imagem 23). Essa praça, diferente das outras, está equipada com mesas, cadeiras e bancos, mas estão em mau estado de conservação, e portanto a praça não é usada tanto quanto poderia ser. A quadra 5 abriga ainda duas hortas urbanas (Imagens 24/25) que são mantidas pelos integrantes do Instituto Cultural e Social No Setor num trabalho conjunto com os moradores de rua.

De acordo com a contagem de quantas pessoas são atendidas pelo SEAS, estima-se que no Distrito Federal existam aproximadamente 3 mil moradores de rua. Só no Setor Comercial Sul, de acordo com o cadastro levantado pelo Instituto No Setor, estima-se que atualmente existam pelo menos 193 pessoas que dormem nas ruas.

Instituto Cultural e Social No Setor

Na tentativa de mudar a imagem estigmatizada do SCS, em 2018 um grupo se juntou com o objetivo de revitalizar esse centro, que é marginalizado, a partir da ocupação do espaço com eventos e manifestações culturais, artísticas e sociais que integrem os comerciantes locais com os moradores de rua. O Instituto Cultural e Social No Setor (No Setor) idealizam e executam eventos que se tornam conhecidos por cobrarem valores de entrada bastante acessíveis com relação à qualidade que oferecem, mas que permitem a entrada dos moradores de rua de forma gratuita, algo que nunca tinha sido visto em Brasília. Tendo sempre a iniciativa de integrar os moradores de rua nos eventos promovidos, vão construindo vínculos e passam a enxergar as fragilidades da situação em que vivem os moradores de rua, e, escutando suas queixas, enxergam a necessidade desse grupo ser reinserido no mercado de trabalho e ser visto pelas políticas públicas. Um ano depois da criação do instituto, no carnaval de 2019, pela primeira vez contrataram moradores de rua para trabalharem no evento como seguranças e na limpeza do espaço.

Com o início da pandemia as atividades culturais param, mas os integrantes do No Setor, que já tinham uma relação construída com os moradores de rua, veem como as condições em que vivem pioram ainda mais nesse período. Veem então a oportunidade de redirecionarem os esforços de sua equipe e seus recursos ao trabalho social, buscando estarem presentes e darem apoio aos moradores de rua. Diante das orientações da OMS sobre a importância de se manter limpo sempre que possível, o No Setor depositou alguma atenção para tentar solucionar a falta de acesso dos moradores de rua a banheiros ou outros espaços para se higienizarem. Como já existia um banheiro no SCS que estava abandonado há mais de 15 anos, o instituto se dedicou para reabilitá-lo, pedindo autorização à Administração Regional do Plano Piloto (Imagem 26). O pedido foi autorizado, mas a Administração Regional não arcaria com os custos da reabilitação, e portanto foi necessária a



Imagem 26 - banheiro comunitário abandonado



Imagem 27 - banheiro comunitário restaurado

ajuda de alguns empresários, permitindo que o banheiro fosse restaurado e inaugurado em maio de 2020 (Imagem 27). Apesar de ser um equipamento pertencente à administração pública, foi feito um acordo com a Administração Regional do Plano Piloto para que o instituto ficasse responsável pela gestão do espaço, através das doações recebidas. Atualmente o banheiro é usado para mais de 60 banhos por dia, e funciona durante o horário comercial, nos dias da semana. O objetivo era que pudesse funcionar 24h por dia, mas as doações que recebem ainda não permitem alcançar essa meta. O projeto do banheiro também gera renda para os moradores de rua, já que o instituto empregou três deles para trabalharem no banheiro, um fazendo a supervisão e dois fazendo a limpeza, e ainda fazem contratações diárias eventuais de outros moradores de rua nos dias de folga, ou em ocasiões especiais.

O Instituto No Setor se organiza internamente em áreas especializadas em diferentes temas, como a área de geração de renda, que mantém contato com empresas que possam querer contratar moradores de rua para serviços específicos; a área de saúde mental, que promove rodas de conversa e atendimentos psicológicos; o escritório de projetos, que idealiza projetos para atenderem às necessidades do SCS e dos seus moradores; o núcleo de direito à cidade, que desenvolvem estudos e discussões com relação ao direito à cidade em termos jurídicos mas também em termos do espaço físico; o núcleo de processos internos, que gerencia o funcionamento do instituto; o núcleo de comunicação, que promove a divulgação do instituto e dos projetos desenvolvidos; e a área de processos finalísticos, que atende pessoalmente às necessidades dos moradores de rua dessa região. Todas as áreas são compostas por voluntários de idades diversas e históricos profissionais diversos, por isso são bem preparados para receberem apoio de diferentes pontos de vista.

Os integrantes da área de processos finalísticos estão presentes no SCS todos os dias fazendo o trabalho de escuta das pessoas e suas necessidades e demandas, e a partir da avaliação de cada situação eles buscam a solução ou repassam a questão para a área mais pertinente. As demandas são muito variadas e individuais, às vezes alguém quer ser internado em instituição terapêutica, ou quer uma vaga em abrigo para aquela noite, as vezes precisam de um remédio ou serviço médico, ou têm seus pertences roubados e precisam de um cobertor, ou precisam de uma passagem para sua cidade de origem. Alguns precisam se alimentar, outros querem um emprego, ou precisam emitir documentos ou conseguir acesso aos benefícios sociais do governo. O instituto não financia essas ajudas, mas dá o suporte para que consigam, por exemplo, ligar nos abrigos para saber sobre a quantidade de vagas naquele dia sem precisar se deslocar longas distâncias, ou saberem quem precisa com maior urgência para direcionar as doações que recebem, ou ainda a partir da divulgação de uma situação, recebem doações

específicas para ajudar aquela pessoa, ou um profissional que disponibilize o serviço de forma voluntária como ajuda.

O principal pilar do instituto é a busca por diálogo com o Estado e a sociedade civil, na tentativa de desenvolver maneiras de sanar as demandas dessa população em situação de vulnerabilidade social. O instituto é uma associação sem fins lucrativos, ou seja, são as doações que recebem que lhes permite fazer esse serviço social no dia a dia.

Entre março/2020 e os dias de hoje, o trabalho feito pelo No Setor e as arrecadações de doações foi capaz de tirar 58 pessoas das ruas (Imagem 28). Seu trabalho se destaca também pela área de geração de renda, que encontra muitos trabalhos independentes e ocasionais, como flanelinhas ou porteiros em eventos, jardineiros e pintores, e em menor quantidade, empregos fixos (Imagem 29). Com a divulgação do serviço que executam, recebem também doações de bicicletas que são repassadas para que os moradores de rua trabalhem como entregadores, ou máquinas de costura que permitem que costureiras vendam seu trabalho, assim como materiais e equipamentos para os artesãos.

Além de manter o banheiro comunitário e promover a inclusão no mercado de trabalho e geração de renda, o instituto ainda faz o cultivo de uma horta de forma conjunta com os moradores de rua, usam as redes sociais para transmitir notícias e fazer o SCS mais conhecido, promove atividades como o SCS Tour, um tour a pé pelo Setor Comercial Sul que preserva a memória e a identidade do setor, e promove eventos como a Feira No Setor, que acontece aos domingos e acolhe comerciantes, artesãos e agricultores brasileiros para fomentar a economia criativa.

Essas ações promovidas pelo No Setor e o convívio que é cultivado entre eles têm mostrado benefícios não só à qualidade de vida dos moradores de rua, mas também à redução da imagem estigmatizada do SCS e o seu desenvolvimento enquanto espaço urbano democrático.

apropriação do SCS pelos moradores das ruas

No ano de 2021, a partir da oportunidade de participar em algumas atividades cotidianas promovidas pelo instituto No Setor, pôde-se constatar que o espaço mais apropriado pelos moradores de rua dessa região é a quadra 5, principalmente quando procuram espaço para descansar durante as noites, em que a grande maioria se abriga nas marquises dos prédios entre a quadra 4 e a quadra 5. Há também algumas pessoas que escolhem se abrigar em locais mais privados, entre os edifícios, mais no centro da quadra, e tornam aquele espaço quase num ponto de abrigo “fixo”, em que todos sabem quem dorme ali. Essa forma de se agruparem na mesma quadra, porém, acontece somente entre os que estão há muito tempo nas ruas, como se já se entendessem família. Os recém-chegados às ruas e os casos de mo-



Imagem 30 - distância entre o SCS e os equipamentos básicos usados pelos moradores de rua



- onde dormem
- onde trabalham (estacionamentos)
- onde se reúnem (escadaria)
- equipamentos (banheiro e ponto de água)
- CAPS
- hortas

Imagem 31 - apropriação da quadra 5 do SCS pelos moradores das ruas

radadores em situações provisórias e temporárias, seja por terem um emprego em vista ou por pretenderem voltar à sua cidade de origem, têm tendência a dormir separados do grupo maior, escolhendo principalmente o corredor central, no térreo dos edifícios.

Durante o dia viu-se também a diferença entre os poucos moradores de rua que praticam a mendicância, que geralmente permanecem pelos locais onde há maior fluxo de passagem de pedestres ou vão até as portas das lojas, e os moradores de rua que saem com seus baldes para os estacionamentos lavar carros, os que saem com seus carrinhos para coletar materiais recicláveis e os que engraxam sapatos na rodoviária. No geral, esses que buscam manter uma rotina de trabalho acordam e saem muito cedo, e só voltam ao local onde dormem de noite.

O Setor Comercial Sul possui o “privilégio” de ter um banheiro público que permite que a utilização pelos moradores de rua, seja para suas necessidades, seja para tomar banho, contudo, seu horário é limitado, estando fechado durante a madrugada e ao fim de semana. Por outro lado, apenas um banheiro para todo o setor é muito pouco, tendo em conta sua área. Quando o banheiro está fechado ou os moradores de rua estão a uma grande distância do banheiro existente, relatam tentar pedir acesso aos banheiros das lojas, mas este normalmente é negado, ao contrário do que acontece nos postos de gasolina, onde o acesso é sempre permitido.

Além da existência de um banheiro público foi instalado, em março de 2020, um ponto de água em um tonel de 80L que filtra a água e oferece água potável que pode ser bebida pelos moradores de rua. Porém, o tonel é enchido somente uma vez por dia, e a quantidade se revelou insuficiente principalmente nos meses de agosto e setembro, período de seca intensa em Brasília. Como é um equipamento pesado e que precisa ser transportado para repor a água, não é fácil instalar mais unidades em outros espaços do Setor Comercial Sul, onde o transporte para encher o tonel seria mais desafiador.

Ao nível da alimentação, existe distribuição de marmitas todos os dias, ao final da tarde, na escadaria entre a quadra 4 e 5. As marmitas são entregues por alguns grupos da sociedade civil, geralmente vindos de instituições religiosas, que se organizam entre si para que todos os dias as marmitas sejam entregues sem sobrecarregar nenhuma instituição, já que a produção é feita a partir de doações e voluntários. A maioria dos moradores de rua costuma conseguir fazer pelo menos uma outra refeição no dia, seja comprando com seu dinheiro, seja pedindo para pedestres ou restaurantes.

Uma das unidades do Centro Pop em Brasília fica localizado na quadra 903 da Asa Sul, a uma distância de aproximadamente 2km do Setor Comercial Sul. Apesar de não estar a uma grande distância, o Centro Pop não costuma ser usado pelos moradores das ruas do SCS no seu cotidiano, costumam recorrer a este serviço em casos mais específicos, como na necessi-

dade de emitir um documento.

Para emergências médicas, ao lado do SCS, no Setor Médico Hospitalar Sul, está o Hospital de Base, um dos maiores hospitais do DF e que é parte do SUS. Lá, no entanto, pelo tamanho e capacidade, costumam receber somente os casos mais graves. Para situações menores que não exijam um atendimento tão preparado, junto ao Centro Pop funciona o Consultório na Rua, uma modalidade de posto de saúde público que tem o foco no atendimento dos moradores de rua. O consultório na rua foi criado devido ao preconceito que costuma acanhar a população de rua em acessar os serviços de saúde, porém, têm uma disponibilidade de profissionais de saúde muito baixa. Os moradores de rua relatam dificilmente encontrar alguém disponível para atendê-los no Consultório na Rua, por isso, cada vez menos buscam esse serviço. Além desses dois serviços, o Centro de Saúde mais próximo é o SAP 01 da Asa Norte, a aproximadamente 3 km de distância do SCS.

Já quanto aos serviços de acolhimento institucionais oferecidos a eles, as distâncias são bastante longas. A maioria dos abrigos institucionais oferecidos pelo GDF são voltados à crianças e adolescentes, ou à idosos, ou à deficientes físicos que não têm autonomia. Entre os alojamentos que abrigam homens adultos, mulheres adultas ou famílias, o que está à menor distância do Setor Comercial Sul é a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias do Areal (UNAF AREAL), que fica a 22km do SCS. Esse percurso leva aproximadamente 1h30min para ser feito por transportes públicos, que é sua escolha principal, já que eles podem receber, através do Centro Pop, um passe de transportes de forma gratuita. Apesar disso, não são bem aceitos nos ônibus e metrô, sendo, em alguns casos, impedidos de entrar, devido ao preconceito. A distância entre os abrigos e alojamentos e o centro de Brasília acaba por ser um dos motivos para os moradores das ruas do SCS não os usarem. O longo deslocamento, associado à incerteza de haver vagas ou não, faz com que dificilmente tentem, e quando, por motivos diversos, sentem a necessidade de se abrigar, têm que fazê-lo ainda durante a manhã do dia em que vão dormir, já que as vagas vão sendo desocupadas durante a manhã, e vão sendo preenchidas ao longo do dia.

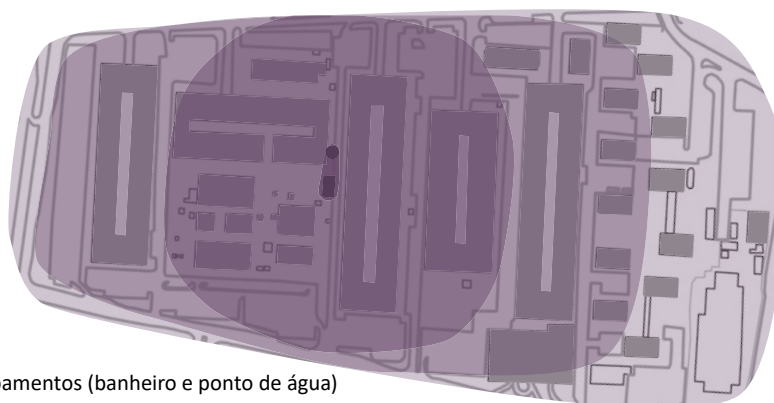
O SCS, portanto, é um espaço que tem sido relativamente equipado e que tem tido alguma visibilidade, e isso tudo se deve ao apoio oferecido por grupos da sociedade civil que têm a iniciativa de ajudar.

diagnóstico do setor

O Setor Comercial Sul está muito bem localizado no centro de Brasília e é uma região de fácil acesso, já que está próximo à Rodoviária e outros pontos de ônibus e estações de metrô. Além disso é cercado por comércios, bancos, hotéis, hospitais e lazer, sendo ainda um lugar que não é limitado por normas de limite sonoro durante as noites, já que não tem habitações



Imagem 32 - taludes que dificultam o trânsito dos pedestres



- equipamentos (banheiro e ponto de água)
- raio a até 3 minutos de distância dos equipamentos
- raio a entre 3 e 6 minutos de distância dos equipamentos
- raio a entre 6 e 10 minutos de distância dos equipamentos

Imagem 33 - tempo de trânsito dentro do SCS para chegar ao banheiro e ponto de água

por perto. É portanto um local cheio de potencial enquanto centro com vida urbana ativa, que era a intenção de uso para a escala gregária, ser um espaço urbano densamente utilizado e propício ao encontro social (Costa, 1987). Apesar de apresentar tanto potencial em fatores diversos, faltam no setor a presença de eventos e projetos de manifestação cultural e artística, que envolvam música, dança, política e artes visuais.

Ao ver que os tais setores não fomentavam a vida social como planejado, Lúcio Costa sugere que o espaço seja reexaminado sem insistir na setorização excessiva, já que o plano propunha a predominância de algumas funções em algumas áreas, mas cedendo à instalação de atividades de outra natureza que se mostrem necessárias ao conforto dos usuários e à animação da vida local (Lúcio Costa em carta ao Secretário José Carlos de Mello, 1983). Apesar disso, pode se diagnosticar que, até a atualidade, a ocupação do SCS não corresponde ao potencial que o espaço tem, a não ser nos dias úteis em horário comercial. As noites vazias podem ser justificadas pelo reforço do estigma de que o setor é um lugar perigoso, mostrando, portanto, que faltam propostas de incentivo à criação de atividades noturnas que revitalizem o Setor Comercial Sul nesse turno e também nos finais de semana e feriados.

Mas mesmo durante o dia, apesar de haver um fluxo significativo de trabalhadores que transitam a pé pelo setor, não é um espaço acessível, já que tem muitas barreiras físicas que dificultam o trânsito aos pedestres, como taludes (Imagem 32). Além disso, a ausência de manutenção dos espaços tem também um impacto negativo, já que os espaços públicos que supostamente deveriam configurar espaços de convívio, como as praças e os becos, não se mostram convidativos pois, além de estarem degradados, mau iluminados, muito sujos e com o pavimento deteriorado e desnivelado, não têm equipamentos públicos nem mobiliário urbano de suporte. Os espaços públicos do Setor Comercial Sul precisam ser requalificados de acordo com as necessidades dos grupos que vão utilizá-los, para que sejam espaços confortáveis, minimamente limpos, com segurança, tanto aos trabalhadores que os utilizam para fazer refeições ou descansar nos seus intervalos, assim como para os moradores de rua. São ainda necessários equipamentos para sombreamento durante o dia e iluminação adequada durante a noite.

Finalmente, é positivo que o SCS conte com um banheiro público que é muito bem cuidado e está em ótimas condições. Contudo, um só banheiro com 8 cabines para atender um espaço de 250 mil m² onde se abrigam quase 200 moradores de rua e transitam 150 mil pessoas por dia é insuficiente (Imagem 33). O mesmo acontece com o ponto de água, que, apesar de muito positivo, é insuficiente. Em especial no período da seca que é muito mais intenso em Brasília, a falta de água é um fator preocupante, que foi razão de terem sido desenvolvidas campanhas de arrecadação de garrafas de água mineral para serem distribuídas para os habitantes do setor.

Esse cenário que o Setor Comercial Sul apresenta não é a situação que ninguém deveria ter que viver. Mas, segundo o próprio idealizador do Plano Piloto da cidade:

“Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. [...] Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. [...] Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade.” (Costa, 1995, p. 146)

Conclui-se assim que, alguns grupos da sociedade civil têm se movimentado para melhorar as condições da vida nas ruas. Trabalhos como os que o No Setor realiza são essenciais, e a forma como impactou na qualidade de vida dos moradores de rua do Setor Comercial Sul é nítida. Porém, como todo trabalho de cunho social sem fins lucrativos, que depende de doações externas, é parte de um processo instável e que não permite abranger todas as áreas de atuação que se mostram necessárias. Esse tipo de situação depende de estratégias públicas para que seja tratada de forma efetiva, não só a partir de soluções urbanas que melhorem as condições nas ruas, mas principalmente através de políticas habitacionais bem construídas para esse grupo em específico e que reduzam os obstáculos que impedem que os programas habitacionais já existentes sejam aplicados às pessoas que vivem nas ruas.

guia de boas práticas para o planejamento de uma cidade mais inclusiva

A partir do estudo realizado sobre os moradores das ruas no Brasil e da análise do Setor Comercial Sul de Brasília enquanto espaço de abrigo de muitos moradores de rua, foram detectados um conjunto de medidas que devem ser atendidas para melhorar a condição de vida dos moradores e rua, e a partir dessas medidas, foi desenvolvido um guia de boas práticas para o planejamento de uma cidade mais inclusiva tendo em conta os moradores das suas ruas. É proposto a partir de 5 dimensões de ser humano que foram consideradas fundamentais enquanto eixos de atuação estratégicos para que o planejamento seja inclusivo a todos os cidadãos.

O estudo evidenciou que os moradores de rua compõem um grupo heterogêneo e seu percurso até as ruas é o resultado de experiências diferentes e individuais, assim como a forma como lidam com essa situação. Cada contexto pessoal e espacial é muito particular e as necessidades são diferentes, portanto, a análise e a abordagem não podem seguir uma direção unifocal. Lidar com um grupo tão plural e afetado pelas suas experiências anteriores implica assumir cada particularidade, histórico e vivências de forma individual.

No entanto, essa proposta não é construída a partir das particularidades de cada indivíduo, mas parte de cinco dimensões do ser humano que foram identificadas. Ou seja, este guia foi elaborado a partir de uma análise mais aprofundada da experiência do SCS, apresentando medidas que foram construídas em torno desse contexto, dos seus habitantes e de outros casos estudados. Porém, como elas são definidas a partir de eixos de atuação estratégicos que visam atender as necessidades básicas do ser humano, considera-se que o guia seja replicável a outras áreas urbanas, conforme as particularidades de cada um.

Atualmente grande maioria dos serviços oferecidos aos moradores de rua partem de movimentos e instituições criados a partir de iniciativas de grupos da sociedade civil. Ainda que sejam ações inconstantes por dependerem de doações, no geral têm mostrado resultados positivos na melhoria da dignidade, autoestima e motivação. Como analisado por Luciano Oliveira (2012) em sua tese de mestrado, a existência de práticas de atendimento aos moradores de rua influenciam diretamente seu comportamento, já que se sentem vistos e valorizados, e tendem a se mostrar mais ativos e motivados a procurar novas oportunidades.

Os eixos definidos, ainda que partam da análise de experiências de cunho social, e possam ser colocados em prática por instituições sociais, devem ser adaptadas pelas instituições públicas para a construção de políticas públicas que realmente contemplem e sejam eficazes para os moradores de

rua.

Partindo do reconhecimento da arquitetura enquanto ciência promotora de espaços equitativos e do arquiteto enquanto transformador de espaços, sua atuação também passa por debatê-los de forma crítica e articular os agentes urbanos para melhorar a qualidade de vida de todos que o habitam.

eixo 1: o ser protegido

A situação que é vivida nas ruas, que envolve, entre muitas precariedades, a privação do sono, a falta de higiene e a fome, permite concluir que a principal estratégia de atuação, apesar de ser a mais difícil de ser colocada em prática, é abrigar a todos. Além de um dos direitos humanos fundamentais, a casa fornece alguma estabilidade para que sejam trabalhados os outros fatores consequentes da vida nas ruas. As políticas habitacionais do Brasil atualmente adotam um modelo etapista, onde se deve passar por diferentes formas de abrigo até ser contemplado com uma habitação minimamente privada. Entre os abrigos temporários, que são as primeiras etapas das políticas referidas, como os alojamentos e albergues, a quantidade de vagas não é suficiente para atender a todos os interessados. Mas mesmo assim, além de ter caráter temporário, se desenvolve em casas onde os quartos abrigam dezenas de pessoas, o que também é uma barreira no desenvolvimento da individualidade e responsabilidade, tornando mais difícil que esse processo de construção da autonomia se desenvolva.

O Brasil possui muitos programas de habitação social que se tornaram populares mundialmente, mas, entre esses programas, que na verdade oferecem condições de financiamento de habitações, dificilmente são contempladas as pessoas que vivem nas ruas, que têm renda inferior a um salário mínimo e portanto não têm condições de financiar um imóvel.

A metodologia *moradia primeiro*¹⁸ apesar de ainda não ser aplicada no Brasil, apresenta resultados positivos nos países em que já foi implementada¹⁹. A metodologia parte do pressuposto que a principal necessidade de uma pessoa desabrigada é ter uma moradia estável e individual. Essa abordagem não impõe nenhum pré-requisito para participar, ou seja, as pessoas que recebem a moradia podem estar viciadas em drogas, podem estar desempregadas, podem ter família ou viver sozinhos, e não importa sua idade. A única exigência é que a iniciativa do pedido de ajuda parta da própria pessoa. É entendido que o abrigo forma uma base para que a pessoa solucione os problemas das outras áreas da sua vida e se estabilize. Em paralelo,

¹⁸ Housing first, criada nos Estados Unidos e operante em alguns países na Europa e na América do Norte. <https://endhomelessness.org/resource/housing-first/>

¹⁹ Pleace, N., & Bretherton, J. (2013).

o programa oferece serviços de apoio psicológico, aulas de alfabetização e educação financeira, preparação para entrevistas de emprego e construção de imagem, e atividades de lazer como aulas de música e esportes.

Diferente das políticas de acolhimento temporário já existentes, a metodologia moradia primeiro não estabelece um limite de tempo para que a casa seja devolvida, o participante pode levar o tempo que for necessário para se reconstruir e sai quando se sentir confiante para se sustentar de forma autônoma.

Além da reinserção social e econômica dos ex-moradores de rua participantes, as experiências que já foram realizadas como política pública em outros países mostram que também é vantajoso economicamente. O pagamento do aluguel e dos suportes básicos para manter uma casa se mostrou mais econômico perante a diminuição dos gastos com policiamento nas ruas, atendimentos em hospitais e serviços de emergência, e manutenção de casas psiquiátricas, abrigos e prisões.

A reprodução da metodologia moradia primeiro no Brasil aconteceu por iniciativa do Projeto RUAS²⁰, ONG que atua no Rio de Janeiro desde 2014. A implementação da primeira experiência do moradia primeiro aconteceu em 2017 e, até 2021 foram apoiadas duas pessoas que hoje estão financeiramente independentes. Atualmente o RUAS acolhe dois outros participantes do moradia primeiro.

O RUAS, enquanto ONG, iniciou a implementação do programa a partir de uma campanha de financiamento coletivo. Para seu sustento a longo prazo contam com alguns doadores recorrentes, e uma equipe de voluntários que se dividem pelas regiões da cidade fazendo a divulgação para captação de recursos para que o programa se mantenha dando suporte aos participantes.

De forma semelhante, mas com algumas diferenças, em Belo Horizonte, o Instituto de Apoio e Orientação à Pessoas em Situação de Rua (INAPER)²¹ promove o projeto “casa-lar”, que abriga oito ex-moradores de rua em uma casa de quatro quartos alugada no nome do instituto. Distingue-se da iniciativa moradia primeiro pelo método de seleção das pessoas, que têm que ser homens acima de 50 anos que tenham alguma renda, já que a casa é mantida por eles, ou seja, pagam as contas e fazem compras, além de cozinhar, limpar e organizar a casa. O INAPER ajuda com o pagamento do aluguel e com treinamentos, apoio social e sessões com psicólogo e assistente social semanalmente.

De acordo a Angélica²², coordenadora do projeto, os moradores apresentam resultados de desenvolvimento pessoal são muito positivos. A maior

²⁰ <https://www.projeturuas.org.br/>

²¹ <http://www.inaper.org.br/>

²² Entrevista realizada no dia 12/05/2021.



Imagem 34 - ônibus do banho do bem

barreira que encontram é na convivência, principalmente entre os pares que dividem o mesmo quarto. Todos os que participam do projeto têm consciência de como vai funcionar e portanto se dispõem a arcar com as consequências, mas, como até ali viviam de forma muito independente e sem limites, ainda encontram dificuldades em dividir o espaço com outra pessoa que possui limites diferentes.

Porém, ao propor uma política habitacional deve haver a articulação entre todos os fatores sociais, de modo que não sejam selecionadas para aplicação da metodologia habitações que não sejam compatíveis com a realidade do grupo social que é o alvo do programa. Uma moradia adequada, além de ser segura em termos físicos da construção, deve ter acesso próximo aos serviços públicos necessários ao morador, como posto de saúde, escola, entre outros. Além disso, deve oferecer transportes públicos que cheguem a toda a cidade sem implicar um gasto exagerado na locomoção devido à distância. Por outro lado, também não é coerente que uma habitação que abriga pessoas que possuem baixa renda esteja em um centro urbano onde os serviços ofertados nos arredores próximos não se enquadrem à situação econômica do habitante. Nesse cenário, algumas atividades básicas e corriqueiras exigiriam muito mais esforço e deslocamento, como atividades de lazer, supermercado e padaria.

eixo 2: o ser com dignidade

A vida que se vive nas ruas, além de toda a vulnerabilidade social, emocional e psicológica, ainda tem como grande fraqueza a falta de estruturas básicas que supram as necessidades que seriam resolvidas em uma habitação. Entre os equipamentos de descanso e sombreamento que fazem falta nos espaços públicos, o mais essencial que faz falta são equipamentos de higiene públicos. Hoje, no contexto pós-pandemia, mais do que nunca a necessidade de se manter limpo para se manter vivo ficou clara. Além disso, estar limpos contribui com sua autoconfiança e diminui as situações de preconceito a que estão expostos devido à sua aparência e odor. A instalação de sanitários e chuveiros públicos capazes de atender a quantidade de pessoas que usufruem de cada espaço é essencial, tal como as pias e bebedouros públicos.

No caso de não haver espaço para a implantação de um equipamento sanitário, existe a hipótese de criar um equipamento itinerante, que inclusive, dependendo da situação, pode ser posicionado em diferentes locais da mesma região em cada dia da semana, para que atenda diferentes públicos. Um desses exemplos é o projeto Banho do Bem (Imagem 34), criado em Brasília em 2017, que corresponde a um antigo ônibus cujo interior foi reformado e hoje funciona como banheiro itinerante, dividido em quatro cabines para banho – duas femininas e duas masculinas. Possui ainda cabines para



Imagem 35 - lavanderia do bem

corte de cabelo e barba. O ônibus funciona na Rodoviária do Plano Piloto, centro de Brasília, todos os domingos às 16h, e costuma fornecer cerca de 40 banhos. No ano de 2019 foi complementado por uma estrutura de duas rodas com duas máquinas de lavar e duas máquinas de secar, que anda preso ao ônibus do Banho do Bem. A Lavanderia do Bem (Imagem 35) oferece cerca de 25 lavagens de roupa por dia.

Segundo os voluntários do Banho do Bem,²³ os moradores de rua relatam sentir muito menos olhares de julgamento quando estão limpos. Além disso, aumenta a sua confiança e autoestima, o que faz com que se sintam mais motivados para viver e buscar uma mudança da situação em que vivem.

Propõe-se ainda uma cozinha comunitária com refeitório, como hipótese de um equipamento que, tanto cumpra seu objetivo de dignificar, como também promova a interação social, o trabalho em conjunto e algum planejamento e organização entre eles próprios, trabalhando o sentido de coletividade. Além disso, promove a autonomia e constrói habilidades práticas. O espaço da cozinha poderia ainda empregar moradores de rua, o que também manteria o espaço funcionando em condições adequadas.

eixo 3: o ser capaz

Como atestou a Pesquisa Nacional, aproximadamente 30% dos moradores de rua não trabalham, e também 30% estão nas ruas há mais de 5 anos, enquanto cerca de 1% vive nas ruas desde o nascimento e 63,5% não têm qualquer grau de escolaridade. Acredita-se que, em alguns casos, por estarem nas ruas desde muito novos, não tiveram formação alguma ou oportunidades para descobrir ou desenvolver aptidões. Por isso, uma das medidas essenciais será a formação e a capacitação para que os moradores de rua sejam preparados para uma profissão. Esta formação poderia seguir as mais variadas atividades, desde carpintaria, jardinagem, costura, construção civil, conserto de equipamentos elétricos. Esta formação deveria ter uma componente inicial de formação teórica e prática e deveria incluir um período de estágio supervisionado. Além da formação técnica para inserção no mercado de trabalho, essa formação seria uma oportunidade para o desenvolvimento das aptidões de socialização e relacionamento interpessoal.

Para isso, propunha-se um espaço que funcione como centro de formação, podendo ter uma configuração polivalente que acolha as diferentes áreas de formações, assim como possíveis atividades culturais promovidas entre eles.

Como exemplo de programa de capacitação, o INAPER, de Belo Horizonte, desenvolve o PAD, Programa de Apoio e Desenvolvimento de Pessoas

²³ Entrevista realizada no dia 30/07/2021.



Imagem 36 - casulo

em Situação de Rua. O PAD é um programa de preparação para o mercado de trabalho, onde são promovidas palestras sobre o mercado, resiliência, autoestima, construção de imagem e outros temas educativos, e oferece ainda um curso profissionalizante de informática e uma mentoria individual para ajudar os alunos a prepararem um plano de ação. Esse programa é voltado para pessoas que não possuem um espaço próprio para morar, mas tem como pré-requisito para os participantes que estejam dormindo em repúblicas, casas de acolhimento ou sejam acolhidos por programas habitacionais. Isso porque, se tratando de um programa voltado ao mercado de trabalho, é preciso que envolva pessoas que têm alguma estabilidade e organização, podem ir para a casa sabendo aonde vão dormir, fazem as refeições, e têm como controlar o horário que vão acordar. É um tipo de programa que não comporta pessoas que dormem nas ruas, já que se locomovem sempre carregando todos os seus pertences, nem sempre sabem aonde vão se instalar para dormir, o que exige preparação com alguma antecedência, dificilmente conseguem definir a hora em que vão acordar e como vão se transportar.

eixo 4: o ser útil

Uma das principais medidas a ser tomadas no processo de reinserção social das pessoas que vivem nas ruas é ter um trabalho que gere renda. Esse processo de geração de renda exige que haja aptidões e formação, mas também exige oportunidades de trabalho. Uma medida proposta para gerar e disseminar as oportunidades de trabalho seria a criação de uma rede de informação que articule todas as pessoas envolvidas no entorno de onde estão os moradores de rua. Aconteceria em uma espécie de centro de emprego, ou até no mesmo espaço do centro de formação proposto no eixo 3, em que os moradores de rua poderiam se registrar e, com o conhecimento da comunidade local e dos comerciantes locais poderiam recorrer ao centro de emprego no caso de precisarem de serviços básicos, como conserto, pintura, jardinagem, mudanças, entre outros.

Poderiam ainda ser empregados nos equipamentos de utilização social da área, como os banheiros públicos e outros espaços comunitários que existam. Como exemplo há o banheiro comunitário do SCS, que empregou moradores de rua para manterem a limpeza do espaço durante todo o dia.

Um exemplo de projeto de empreendedorismo social é o Casulo pra Rua, criado em São Paulo em abril de 2021. O projeto recolhe doações financeiras para a produção de casulos, que corresponde a um tipo de saco de dormir, desenhado especificamente para suprir as necessidades dos moradores de rua, e que se transforma numa bolsa (Imagem 36). Difere de um saco de dormir qualquer por ser constituído de um tecido impermeável e não inflamável, ter dois bolsos internos que permitem guardar pertences, e uma alça que permite que seja carregado como uma bolsa, leve e fácil de

=BOCA=>RUA=20 ANOS

IMPRESSO Ano XX, número 77, janeiro, fevereiro, março 2021 – Preço: R\$ 3,00

Este jornal é vendido por:

Não compre de crianças e adolescentes

ANOS AJURIS



O Boca virou o mundo de cabeça para baixo porque o povo da rua – sempre invisível ou criminalizado – ganhou admiração até no estrangeiro. O jornal está comemorando 20 anos com uma viagem pela Espanha, Portugal, Cuba, Alemanha e Estados Unidos, além do Brasil, claro. Para falar a verdade, chegou até Hollywood. Isso porque o nosso filme "De olhos abertos" foi classificado em festivais internacionais. Com a pandemia, em vez de calar, botamos a boca no mundo.

BOCA NO MUNDO

 Leia também: Solidariedade diminuiu, fome aumentou

Imagem 37 - edição nº 77 do Jornal Boca de Rua

transportar. É, essencialmente, uma cama que protege do frio, da chuva, do vento, do fogo e de insetos, e é fácil de transportar, portanto, numa situação de retirada de pertences ou abordagens agressivas, permite que o morador de rua rapidamente dobre sua “cama” em bolsa, e a leve para onde for.

As costureiras que trabalham no projeto confeccionando os casulos são moradoras de rua ou ex-moradoras de rua. O projeto tem sido ampliado a partir da doação de máquinas de costura e da realização de um workshop para ensinar as moradoras de rua. Quando não é possível recorrer à moradoras de rua, têm recorrido a coletivos e associações de mulheres costureiras. Em 4 meses de projeto na cidade de São Paulo, foram distribuídos casulos para mais de 2000 pessoas que vivem nas ruas, o que gerou renda a 34 costureiras²⁴. O casulo criou também redes de produção e distribuição locais em Brasília, Curitiba e Juiz de Fora.

Outro exemplo de criação de emprego é a Revista Traços, criada em Brasília no ano de 2015, que dá voz às iniciativas artísticas e culturais do DF em edições mensais. A revista tem como um dos pilares a reinclusão social de pessoas em situação de rua ou extrema vulnerabilidade, que se associam como porta-vozes da cultura, como são conhecidos os vendedores da Traços. Os porta-vozes circulam pelos locais mais movimentados da cidade, como bares, restaurantes e espaços culturais vendendo a revista. Um exemplar é vendido a R\$ 10,00, dos quais R\$ 7,00 ficam para o porta-voz, e R\$ 3,00 são usados para a produção dos novos exemplares, mantendo o ciclo de geração de renda e possibilitando que os vendedores tenham uma renda inicial para superar a situação de pobreza extrema. Os porta-vozes recebem treinamento para as vendas, acompanhamento para planejarem projetos de vida e finanças, acesso a atendimento psicológico, oportunidades educacionais e atividades culturais.

Desde o início da revista trabalharam em Brasília mais de 350 porta-vozes da cultura, e destes, 170 se inseriram no mercado de trabalho e saíram da situação de rua, uma parte deles a partir da produção de arte e artesanato. Em julho de 2021 foi lançado o projeto da revista Traços no Rio de Janeiro, iniciando com 100 porta-vozes da cultura.

Há também, em Porto Alegre, o Jornal Boca de Rua, que é feito exclusivamente por moradores de rua com frequência trimestral. Eles mesmos executam os trabalhos de produção, reportagens, entrevistas, pesquisas, fotografias, ilustrações e escrita, além de divulgarem e venderem as edições, cujo lucro é dividido entre os envolvidos (Imagem 37). Além de ser uma forma de geração de renda, o jornal é uma dá voz à população de rua, que normalmente não se sentem vistos ou representados, e, a partir da formalização de seus pensamentos e opiniões, dá margem à construção de uma

²⁴ Dados retirados de uma publicação feita no Instagram oficial do projeto. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSOCT73HvkL/>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

interação social e contribui para que validem seus problemas e sua forma de pensar, se expressar e perceber a cidade. As matérias, produzidas a partir da sua vivência e do conhecimento que têm, buscam trazer a visão de quem é rejeitado. É ainda uma forma de materializar a existência dos moradores de rua enquanto seres pensantes perante a sociedade civil e também perante eles próprios, que se sentem suas autoestimas restauradas por serem parte de algo relevante aonde são ouvidos.

De acordo com Lima & Oliveira (2012), atuando no Jornal Boca de Rua e unidos por um mesmo propósito, os moradores de rua passam a valorizar sua organização social e buscar soluções para amenizar as dificuldades do dia a dia. Mas esse sentimento de valorização e aumento da autoestima por se sentirem vistos costuma estar relacionado a todas as formas de geração de renda. Se trata de um grupo que, vivendo nas ruas, teve grande parte das suas relações sociais apagadas. Por isso, estando inseridos em um trabalho onde há uma socialização com parceiros, sua vida social se reintegra e se sentem inseridos no sistema coletivo.

eixo 5: o ser ouvido

Partindo do pressuposto que toda ação de cunho social busca dar suporte a um grupo invisibilizado pela sociedade, o ponto de partida deveria ser a escuta ativa dos envolvidos que serão contemplados pelo trabalho. É somente escutando as demandas e as faltas sentidas pelo grupo em situação de vulnerabilidade que se pode buscar uma solução. Promover a participação como método de planejamento da cidade e dos espaços, além de atender as necessidades do utilizador real, cria o sentimento de pertença e de valorização do indivíduo, se sentem vistos e relevantes, além de estimular que se expressem e busquem uma melhor condição de vida.

A participação dos cidadãos deve ser fomentada pela implementação de orçamentos participativos por bairros ou assembleias comunitárias, para que as demandas identificadas sejam levadas às instâncias superiores. Poderia ainda ser implantado um Centro Pop, ou ao menos um centro de atendimento em que pessoas capacitadas possam informar os moradores de rua sobre os seus direitos e estejam abertas a ouvi-los. Os espaços públicos da área devem ainda ser restaurados para que funcionem como espaço de reunião entre os moradores das ruas.

Após a ação de apreensão de pertences que aconteceu no Setor Comercial Sul em setembro de 2020, em que foi aberto um processo por parte do instituto No Setor contra o GDF, foi agendada uma Audiência de Conciliação entre as partes a ser realizada dia 2 de outubro. Como preparação para a audiência, o instituto organizou uma Assembleia Comunitária que foi realizada na Praça do Povo no dia 30 de setembro, onde os moradores de rua se reuniram e expressaram sua indignação com os objetos que per-

deram e com a agressividade como foram tratados. Em meio às palavras de revolta, os principais pedidos feitos pelos participantes da assembleia foi por moradias e por políticas de emprego. Foi pedido também, por iniciativa do Instituto, pela implantação de um Centro de Defesa de Direitos Humanos para Pessoas em Situação de rua, conforme prevê a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que nunca foi implantada pelo Distrito Federal (Brasil, 2009).

Em Porto Alegre, no ano de 2007 aconteceu o caso mais conhecido de participação de moradores de rua em uma política de participação social no Brasil. O Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre é dividido por bairros, configuração que restringe a participação aos moradores dos bairros, impedindo a inclusão da população que mora nas ruas ao processo. Um grupo de moradores de rua se inseriu no OP do município enquanto Fórum da População Adulta em Situação de Rua (FPASR). Com o apoio da ONG Cidade, organização que ensina os princípios básicos sobre gestão pública e análise de políticas sociais para a sociedade civil, aprenderam como funcionava o OP e como poderiam se estruturar para que fossem inseridos no programa. Foi aberta uma exceção ao FPASR que, ainda que não pertencesse a nenhum bairro, ficou vinculado à região central de Porto Alegre. Ao final do processo, 267 integrantes do FPASR participaram de uma plenária na Assembleia Municipal, onde apresentaram seus projetos, e seguiram se reunindo com representantes durante alguns meses. Conseguiram aprovação de alguns dos seus projetos propostos, como a reforma de alguns abrigos, a construção de repúblicas e unidades habitacionais, a obrigação de destinar 5 unidades habitacionais a moradores de rua em cada condomínio construído, uma ceia de natal para a população em situação de rua promovida pela prefeitura, a organização de seminários, fóruns, conselhos e conferências sobre a população adulta sem domicílio institucional, entre outros projetos (Lima & Oliveira, 2012).

Os eixos delineados buscam atender as várias necessidades do ser humano, apesar de se reconhecer que elas não são limitadas por esses cinco pontos, mas partiram da necessidade de trazer melhores condições de vida ao morador de rua. Ainda que se entenda que a condição em que vivem nunca vá ser ideal, as medidas propostas dentro de cada eixo são hipóteses apresentadas como opções para o cenário retratado do Setor Comercial Sul, mas as possibilidades de atuação são infinitas e vão depender de cada contexto aonde será feita a aplicação. Nesse contexto, seja o objetivo retirar das ruas, seja dignificar a vida nas ruas, isso parte de atitudes ativas do poder público em conjunto com os moradores das ruas, em que busquem o resgate da cidadania e a garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

considerações finais

A partir das pesquisas realizadas, pôde-se constatar que, no Brasil, os moradores de rua carregam uma imagem construída por estereótipos que foram criados a partir de uma visão culturalmente preconceituosa, e que, segundo os dados da Pesquisa Nacional, em poucos casos corresponde à realidade. Essa visão é fortalecida pela construção da ideia de que a pessoa que vive nas ruas é inteiramente responsável pela situação em que está. No entanto, foi visto que na verdade os moradores de rua são, em sua maioria, trabalhadores que não têm a oportunidade de trabalhar.

A análise mostrou ainda que o Brasil possui políticas públicas de acolhimento, de apoio e de capacitação, mas por outro lado, diante dos números referidos de pessoas vivendo nas ruas, tais políticas mostram possuírem lacunas que não as permitem ser colocadas em prática ou características de funcionamento que as tornam ineficazes. Seja por haver condições que não são aplicáveis, por não recebem investimentos, ou por criarem barreiras com pré-requisitos que as tornam inacessíveis ao seu público alvo, as políticas existentes precisam ser reformuladas ou ainda abrirem lugar para que novas políticas públicas sejam construídas.

A pesquisa permitiu também entender a importância da participação no planejamento das cidades, já que, além de permitir que os verdadeiros conhecedores daquele espaço possam expor suas necessidades individuais, também os expõe a exercitar habilidades sociais, e fomenta o sentimento de pertença e identificação entre si próprios e o espaço, cuidando com mais zelo. A participação passa também pelo entendimento que todos os cidadãos têm direito à cidadania, com seus direitos e deveres, apesar dos grupos mais vulneráveis terem seus direitos negligenciados pelo poder público. É na busca pela cidadania que foram elencados os cinco eixos que baseiam o guia de boas práticas para o planejamento de cidades mais inclusivas, que foi proposto. Os eixos buscam responder às dimensões de ser humano de forma minimamente saudável e digna, enquanto parte da sociedade.

Para isso, foi feita uma análise de uma região conhecida por ser muito ocupada pela população de rua, o Setor Comercial Sul de Brasília. A partir de uma experiência acompanhando as atividades promovidas pelo Instituto No Setor, tornou-se possível não só desfazer preconceitos, mas também trocar conhecimentos e escutar experiências o que os moradores das ruas do setor têm a dizer, as faltas que sentem e o que almejam para momentos melhores. Essa experiência materializou o que vinha sendo colocado em palavras escritas, e forneceu um repertório mais pessoal, que permitiu traçar os cinco eixos do ser humano, que são: o ser protegido, o ser com dignidade, o ser capaz, o ser útil e o ser ouvido. Assim, entende-se como direitos básicos dos cidadãos: a proteção, física e não só, a partir de alguma forma de abrigo; a dignidade, com privacidade, igualdade e higiene; a formação,

enquanto seres capazes de aprender e se desenvolver, refletindo na próxima dimensão; o emprego, enquanto forma de monetizar conhecimentos e habilidades, para que sejam livres para fazer suas próprias escolhas e se mantenham socialmente presentes; e a escuta, que é a dimensão que realmente insere o cidadão na dinâmica social, por estimular o sentimento de pertença e a autoestima pela valorização.

Podem ser destacadas também algumas medidas que, apesar de fugirem do nicho que abrange os cinco eixos referidos, foram apontadas pela Pesquisa Nacional como elementos importantes a serem trabalhados perante a situação de rua. Entre elas, a realização da própria pesquisa com frequência se mostrou um dos pontos fundamentais para evidenciar dados que são a base na construção de políticas públicas eficazes. A pesquisa, além de colaborar na construção de políticas públicas, também funciona como uma forma de desfazer os estereótipos propagados, portanto, propõe-se também programas de ensino voltados à sociedade comum, para que sejam sensibilizados e conheçam os moradores de rua segundo fatos reais. Dessa forma, tanto a população de rua é humanizada menos temida, como também, durante o processo da sua reinserção na dinâmica urbana, os cidadãos comuns estarão preparados e abertos a isso.

Essa proposta educacional também deve ser voltada aos moradores de rua com relação à sua saúde, principalmente no que diz respeito à redução de danos, uma medida de saúde que propõe conscientizar os usuários de drogas sobre os efeitos, a dependência e as formas de uso. Todas as camadas que envolvem a experiência nas ruas direcionam à busca por uma válvula de escape, por isso uma grande parte dos moradores de rua acabam se viciando em drogas. A política de redução de danos enquanto medida de saúde assume que, ainda que a pessoa não esteja interessada em parar de usar, ela deve conhecer e saber formas mais seguras para usarem as drogas, e evitarem as consequências piores, como disseminação de doenças ou overdose.

Além de todas as medidas, porém, é essencial que sejam sempre contemplados por um apoio psicológico, já que os impactos da situação de vulnerabilidade, solidão e falta de perspectiva de vida podem desorientar até mesmo a forma como os moradores de rua enxergam o mundo. O processo de reinserção é lento, ainda mais sem haver suporte psicológico, já que, ainda que se tenha casa e emprego, o processo só evolui se a pessoa tiver a capacidade de encontrar memórias de tempos bons e cultivar esperança e motivação para construir tempos melhores.

Os eixos descritos, ainda que tenham sido estruturados a partir do caso do Setor Comercial Sul, podem ser aplicados em outras realidades, tendo em conta as particularidades de cada espaço, já que têm como base princípios de ser humano que existem e se mantêm independente do espaço físico. Assim, o guia permite replicar uma forma de planejamento mais

assertiva na inclusão dos moradores das ruas na cidade e na sociedade, oferecendo a eles melhores condições de vida.

Essa dissertação, enquanto um trabalho acadêmico da área da arquitetura, tem consciência de que buscar uma resolução à situação das pessoas que vivem nas ruas, seja por meio da aplicação dos eixos no planejamento, ou por outros meios, é um trabalho interdisciplinar, que exige a articulação de muitos agentes urbanos. Por isso também, apesar do trabalho tomar por base em sua maioria casos de referência de âmbito caritativo e social, entende-se que uma solução verdadeiramente efetiva, constante e duradoura deve partir de medidas traçadas e desenvolvidas pelas instituições públicas. Ou seja, para que seja cumprido o objetivo de que os moradores das ruas tenham autonomia e acesso aos direitos fundamentais, e assim também possam cumprir com seus deveres, o poder público deve assumir um papel ativo no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais que atendam todos os cidadãos de forma integral.

Dessa forma, além de serem tomadas medidas para solucionar o problema das ruas, as políticas públicas devem também prever ações de base, que sejam colocadas em prática de forma a prevenir o aumento do número de pessoas vivendo nas ruas.

O reestabelecimento de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social não é positivo somente para eles próprios; mas beneficia toda a sociedade. Não só do ponto de vista social, em que possivelmente acarretaria na diminuição da criminalidade e da dependência de drogas, mas também do ponto de vista econômico, já que são pessoas que serão reinseridas no mercado de trabalho. E finalmente, reconhecendo que a arquitetura em sua vertente social busca a promoção de espaços que sejam democráticos e acolhedores para todos que o habitam, ninguém pode ser deixado de lado.

Finalmente, acredita-se ter tido sucesso em representar os moradores das ruas de uma forma mais humanizada e próxima da realidade do que têm sido propagado pela mídia e pela sociedade. Através dessa nova forma de olhar, é proposta também uma nova abordagem por parte dos arquitetos, que seja mais sensível e que busque combater a desigualdade social, refletida nos espaços urbanos, através da inclusão de todos os cidadãos, buscando abrir cada vez mais espaço para cidades mais humanas.

referências bibliográficas

- Adorno, S. (1990). A Gestão Filantrópica da Pobreza Urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2): 8–17.
- Aldrigue, N. de S. (2019). Comunicação e Dinâmica Territorial: Resignificação do Setor Comercial Sul. VIII Colóquio Semiótica Das Mídias, Japaratinga. 17 p.
- Alex, S. (2008). *Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público* (2ª edição). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Alves, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano*. (1ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. (2013). *A cidade do pensamento único*. (8ª edição). Petrópolis: Vozes.
- Araújo, I. F. (2014). *Setor Comercial Sul: proposta de intervenção urbana*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Lisboa: Livros Horizonte, LDA.
- Barros, R. R. M. P., & Pina, S. A. M. G. (2010). Uma abordagem de inspiração humanizadora para o projeto de habitação coletiva mais sustentável. *Ambiente Construído*, 10(3): 121–135.
- Bonduki, N. G. (1994). Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, 29(127): 711-732.
- Borja, J. (2006). *Espaço público, condição da cidade democrática*. Acesso em: 01/09/2021, em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/06.072/353>.
- Borja, J., & Muxí, Z. (2003). *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. (3ª edição). Barcelona: Electa.
- Brasil. (1941). *Lei das Contravenções Penais* (nº 3.688). Acesso em: 11/09/2021, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm
- . (1986). *Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Acesso em: 18/09/2021, em: <https://doi.org/10.2307/2506632>
- . (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Acesso em: 29/09/2021, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- . (1993). *Normas para licitações e contratos da Administração Pública*. Acesso em: 12/09/2021, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm
- . (2009). Política Nacional Para a População em Situação de Rua. Acesso em: 12/09/2021, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
- Buonfiglio, L. V. (2007). *A luta pelo direito à cidade: os sem-teto das capitais*. XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, Bogotá. 13 p.
- Carmona, M., Heath, T., Oc, T., & Tiesdell, S. (2003). *Public Spaces - Urban Spaces*. (1ª edição). Oxford: Architectural Press.
- Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril*. (1ª edição). São Paulo: Companhia das Letras.
- Chapman, T. (2006). Public Space. In *“Encyclopedia of Human Geography”* (pp. 288–289). California: SAGE Publications.
- CNAS. (2009). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*.
- Costa, L. (1987). Brasília Revisitada (Decreto Distrital no 10.829).
- . (1995). *Ingredientes da Concepção Urbanística de Brasília*. In *“Brasília: Antologia Crítica”* (pp. 144–146). São Paulo: Cosac & Naify.
- Ferraz, S. M. T., & Machado, B. A. (2014). Os “sem-teto”: moradores ou transgressores?. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 609–623.
- Ferreira, J. S. W. (2005). A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. *Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização*: Bauru. 20 p.
- Francis, M. (1989). Control as a Dimension of Public-Space Quality. In *“Public Places and Spaces”* (pp. 147–172). California: Plenum Press.
- Furtado, C. (2005). *Formação Econômica do Brasil*. (32ª edição). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Garau, P. (2014). Public Space: a Strategy for Achieving the Equitable City. *Peer Learning Exchange on Public Space*: Durban. 24 p.
- Gatti, S. (2013). *Espaços Públicos - Diagnóstico e metodologia de projeto*. Programa Soluções para Cidades: São Paulo: ABCP. 91 p.
- GDF. (2020). Viva centro! programa de revitalização do SCS, Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

- Gehl, J. (2010). *Cities for People*. (1ª edição). Washington: Island Press.
- Gehl, J., & Gemzoe, L. (2002). *Nuevos Espacios Urbanos*. (1ª edição). Barcelona: Gustavo Gili.
- Giorgetti, C. (2006). *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: FAPESP.
- Harvey, D. (2008). The Right to the city. *New Left Review*, 53, 23–40. Acesso em: 03/04/2021, em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>
- . (2014). *Cidades Rebeldes*. (1ª edição). São Paulo: Martins Fontes.
- Heemann, J., Santiago, P., Project for Public Spaces, & Marchesano, T. (2016). *Guia do Espaço Público*. (2ª edição). São Paulo: Conexão Cultural.
- Hou, J. (2010). (Not) your everyday public space. In *“Insurgent Public Space”* (pp. 1–16). New York: Routledge.
- Iamamoto, M. V. (2001). A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, 2(3), 9–61.
- Ianni, O. (1994). *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Indovina, F. (2002). O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades, Comunidades e Territórios*, X(5), 119–123.
- IPEA. (2016). *Estimativa da População em Situação de rua no Brasil*. Acesso em: 12/09/2021, em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf
- Justo, M. G. (2008). Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque sócio-ambiental. *InterfacEHS*, 3(1), 27 p.
- Latour, B. (2001). *A Esperança de Pandora*. (1ª edição). Bauru: EDUSC.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. (5ª edição). São Paulo: Centauro.
- Lerner, J. (2011). *Acupuntura Urbana*. (5ª edição). Rio de Janeiro: Record.
- Lima, C. M., & Oliveira, J. O. S. (2012). Participação popular dos moradores de rua na gestão pública do município de Porto Alegre, RS. *Revista Univap*, 18(32), 161–172.
- Lynch, K. (1960). *A imagem da cidade*. (1ª edição). Massachusetts: MIT.
- . (2007). *A Boa Forma da Cidade*. (1ª edição). Lisboa. Edições 70.

- Maricato, E. (2002). Dimensões da tragédia urbana. *Com Ciência*. Acesso em: 07/09/2021, em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cidades/cid18.htm>
- . (2013). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. (7ª edição). Petrópolis: Vozes.
- Marins, P. C. G. (1998). *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. (1ª edição). São Paulo: Companhia das Letras.
- MDS. (2008). *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Governo Federal. Acesso em: 12/09/2021, em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf
- . (2009). *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Mitchell, D. (2003). Public Space, Rights, and Social Justice. In *“The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space”* (pp. 1–41). New York: The Guilford Press.
- MNPR. (2010). *Conhecer para Lutar: cartilha para formação política*. Movimento Nacional da População de rua.
- Mongin, O. (2009). *A condição urbana: A cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade.
- MPDFT. (2018). *Direitos das pessoas em situação de rua*. Acesso em: 20/09/2021, em: https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_direitos_das_pessoas_situacao_de_rua_mpdft.pdf
- Mumford, L. (1961). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. (4ª edição). São Paulo: Martins Fontes.
- No Setor. Acesso em: 07/09/2021, em: <https://nosetor.com.br/sobre/>
- No Setor. *Gestão comunitária*. Acesso em 07/09/2021, em: <https://nosetor.com.br/gestao-comunitaria-no-setor/>
- Nygaard, P. (2010). *Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.
- Oliveira, L. M. F. (2012). *Circulação e Fixação*. Tese de Sociologia. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 147 p.

- ONU. (2015). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Organização das Nações Unidas.
- Palombini, L. L. (2013). Moradores de rua e suas relações com o Espaço Urbano. *Para Onde!?*, 7(2), 47–56.
- . (2015). *Dos Subespaços ao Território Descontínuo Paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS*. Tese de Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Pleace, N., & Bretherton, J. (2013). The case for Housing First in the European Union: a critical evaluation of concerns about effectiveness. *European Journal of Homelessness*, 7 (2), 21-41.
- PNAS. (2005). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Project for Public Spaces. (2012) *Placemaking and the Future of Cities*. Acesso em: 24/08/2021, em: <https://www.pps.org/article/placemaking-and-the-future-of-cities>.
- Project for Public Spaces. *What is Placemaking?*. Acesso em: 24/08/2021, em: <https://www.pps.org/article/what-is-placemaking>.
- Project for Public Spaces. *What Makes a Successful Place?*. Acesso em: 24/08/2021, em: <https://www.pps.org/article/grplacefeat>.
- Revista Traços. Acesso em: 09/09/2021, em: <https://www.revistatracos.com/>
- Rheingantz, P. A. (2010). Traduções Experienciais da Urbanidade. *Revista INTERFACES*, 13(10), 112–129.
- Rolnik, R., & Klink, J. (2011). Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano. *Novos Estudos*, 30(89), 89–109.
- Rosa, C. (2005). *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, C. H. M. (1999). *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (texto para discussão nº 654).
- Santos, M. (1993). *A Urbanização Brasileira*. (1ª edição). São Paulo: Editora HUCITEC.
- Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

- Snow, D. & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes.
- Solà-Morales, I. (2002). *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Sposati, A. (2003). *Mínimos de civilidade*. Folha de S. Paulo. Acesso em: 08/09/2021, em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1812200310.htm>
- Theodoro, M. (2004). As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In *“Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil”* (pp. 77–111). Rio de Janeiro: CAALL.
- Tulipas do Cerrado. (2019). *Elas na Redução de Danos*.
- UN-HABITAT. (2016). *Nova Agenda Urbana*. Conferência Das Nações Unidas Sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável.
- Valente-Pereira, L. (2012). *Conceitos gerais e metodologia*. (1ª edição). Lisboa: LNEC.
- . (2014). *Leitura da Imagem Urbana*. (1ª edição). Lisboa: LNEC.
- Valladares, L. (1991). Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In *“Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil”* (pp.81-111). São Paulo: Vértice.
- Vieira, M., Bezerra, E., & Rosa, C. (2004). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. (3ª edição). São Paulo: Hucitec.

créditos de imagens

Gráfico 1. Percentual de mulheres e homens por grupos etários
I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua – 2007/8

Imagem 1. notícias de ações agressivas para com a população de rua por parte do poder público
<https://g1.globo.com/>
<https://exame.com/>

Imagem 2. localização do Setor Comercial Sul de Brasília
Google Earth

Imagem 3. partes A e B e setores vizinhos
Google Earth

Imagem 5. escalas do Plano Piloto
<https://revistamdc.files.wordpress.com/2011/02/insustentaveis-fig04.jpg> acesso em: 30/10/2021

Imagem 6. corredor central
<https://jornaldebrasil.com.br/brasil/viva-centro-30-dos-predios-do-scs-poderao-ser-transformados-em-residenciais/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 8. via de serviço
Google Street View

Imagem 10. praça do DFTRANS
Ingrid de Araújo, 2014

Imagem 11. formato de edifício germinado
Google Earth

Imagem 12. quadra 2
Google Earth

Imagem 13. beco do sesc
<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/09/18/arte-do-grafite-poe-df-na-rota-do-turismo-criativo/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 14. quadra 3
Google Earth

Imagem 15. antiga praça do povo

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/08/08/praca-do-povo-no-setor-comercial-sul-sera-revitalizada/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 16. praça do povo reabilitada

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/10/04/setor-comercial-sul-ganha-uma-nova-praca-do-povo/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 17. quadra 4 (mesma configuração da quadra 6)

Google Earth

Imagem 18. beco da cal

<https://gpslifetime.com.br/conteudo/entretenimento/buzz/81/cobogo-icone-brasiliense-da-nome-a-novo-festival-cultural>
acesso em: 29/10/2021

Imagem 19. evento no beco

<https://soudebsb.com.br/com-11-atracoes-confirmadas-festival-cobogo-sera-no-proximo-dia-28/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 20. quadra 5

Google Earth

Imagem 21. banheiro público

<https://www.instagram.com/p/CUf-4mPhOvo/> acesso em: 27/10/2021

Imagem 22. praça do posto policial

Ingrid de Araújo, 2014

Imagem 23. praça dos artistas

Ingrid de Araújo, 2014

Imagem 24. horta do caps

<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4905989-horta-comunitaria-no-setor-comercial-sul-e-destruida-pela-novacap.html/> acesso em: 28/10/2021

Imagem 25. horta da lotérica

Google Earth

Imagem 26. banheiro comunitário abandonado

Google Earth

Imagem 27. banheiro comunitário restaurado

<https://www.instagram.com/p/CUf-4mPhOvo/> acesso em: 27/10/2021

Imagem 28. conquistas pelo trabalho do instituto no setor

<https://nosetor.com.br/gestao-comunitaria-no-setor/>
acesso em: 29/10/2021

Imagem 29. habilidades profissionais dos moradores de rua atendidos pelo instituto

<https://noseitor.com.br/gestao-comunitaria-no-setor/>
acesso em: 29/10/2021

Imagem 32. taludes que dificultam o trânsito dos pedestres

Ingrid de Araújo, 2014

Imagem 34. ônibus do banho do bem

<https://jornaldebrasil.com.br/arquivo-de-blogs/midias-e-identidade/projeto-banho-do-bem-precisa-de-doacoes/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 35. lavanderia do bem

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/11/voluntarios-criam-lavanderia-do-bem-para-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df.ghtml/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 36. casulo

<https://www.instagram.com/p/CN2Vei3p061/> acesso em: 29/10/2021

Imagem 37. edição nº 77 do Jornal Boca de Rua

<https://jornalbocaderua.wordpress.com/> acesso em: 30/10/2021

Tabela 1. População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue

I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua – 2007/8

Tabela 2. locais utilizados por pessoas em situação de rua para banho e necessidades fisiológicas

I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua – 2007/8

Tabela 3. distribuição da população em situação de rua por escolaridade

I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua – 2007/8

Tabela 4. população em situação de rua por sexo e locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que foram impedidos de realizar, segundo sexo

I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua – 2007/8